

O ESSENCIAL SOBRE

Ruben A.

Fernando Pinto do Amaral

N IMPRENSA
NACIONAL

RENN
CIONA

O ESSENCIAL SOBRE

Ruben A.

O E S S E N C I A L S O B R E

Ruben A.

Fernando Pinto do Amaral

Índice

9 **I — O essencial**

23 **II — O Porto, o Campo Alegre**

39 **III — Os Ingleses, o mundo**

55 **IV — O Minho, a Barbela, os livros**

77 **V — D. Pedro V**

89 **VI — Amores e desamores**

105 **VII — O fim, o legado**

119 **Cronologia breve**

125 **Bibliografia**

125 Livros publicados sob o nome literário de Ruben A.

126 Alguns estudos históricos de Ruben Andresen Leitão

127 Abreviaturas

*Was ich weiss, kann jeder wissen. Mein Herz
hab' ich allein.*

J. W. Goethe

*Acaba mal o teu verso,
mas fá-lo com um desígnio:
é um mal que não é mal,
é lutar contra o bonito*

*Vai-me a essas rimas que
tão bem desfecham e que
são o pão de ló dos tolos
e torce-lhes o pescoço,*

*tal como o outro pedia
se fizesse à eloquência,
e se houver um vossa excelência
que grite: — Não é poesia!,*

*diz-lhe que não, que não é,
que é topada, lixa três,
serração, vidro moído,
papel que se rasga ou pe-*

*dra que rola na pedra...
Mas também da rima «em cheio»
poderás tirar partido,
que a regra é não haver regra,*

*a não ser a de cada um,
com sua rima, seu ritmo,
não fazer bom e bonito,
mas fazer bom e expressivo...*

Alexandre O'Neill

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

I — O essencial

Essencial. Dizer o essencial sobre alguém ou alguma coisa, sim — mas o que é o essencial? Quando lemos um autor, será que sabemos o que é, onde está ou de que é feito o «essencial» desse autor? Um dos caminhos mais evidentes consiste em destacar-lhe melhor os contornos, vendo-o assim com maior nitidez, como se faz nas fotografias manipuladas. Tratar-se-ia, neste caso, de recortar a imagem de Ruben A. num panorama em que ela avulta cada vez mais — o da prosa portuguesa de meados do século XX —, mas não é esse o desígnio deste pequeno livro: para isso existem dados bio- e bibliográficos facilmente disponíveis *online*, além de uma breve cronologia que deixo em anexo. Por isso — não só por isso, mas também por isso — não é esse «essencial» mais facilmente consultável que está aqui em causa, já que ele pode ser convertido em informação acessível a todos.

O que tentarei ao longo destas páginas será percorrer alguns tópicos essenciais para isso a que

poderia chamar o «meu Ruben A.», i. e., algumas imagens desse universo que Ruben A. e as suas obras me ensinaram a conhecer e a amar — com um amor que em última análise é apenas meu, mas que espero poder propagar a alguns leitores, que assim se interessarão por este homem singular e pelos escritos que nos deixou, fruto de uma vida intensa, mas demasiado breve, de 55 anos.

De seu nome civil Ruben Alfredo Andresen Leitão, Ruben A. nasceu a 26 de maio de 1920, em Lisboa, numa família tradicional com raízes no Porto e longinquamente na Dinamarca, sendo oriundo do dinamarquês Jan Hinrich Andresen, fixado no Porto em meados do século XIX como armador de navios e negociante de vinhos. Aí, nesse mesmo Porto, passou Ruben grande parte da infância e da juventude, fases determinantes que influenciariam grande parte da sua obra e da sua visão do mundo. Licenciou-se em Histórico-Filosóficas, exerceu várias profissões, ocupou cargos públicos, viajou pelo mundo e veio a morrer em Londres, de ataque cardíaco, a 26 de setembro de 1975. Tendo 15 anos quando ele morreu, vim a descobri-lo como autor em finais da década de 80, inícios de 90, quando a Assírio & Alvim decidiu encetar a publicação da sua obra. A sensação de encontrar uma escrita diferente tive-a ao ler a prosa de Ruben A. — uma prosa dotada do sortilégio de nos fazer penetrar quase sempre numa realidade transfigurada, como se a sua identidade mais radical dependesse precisamente dessa transfiguração.

Direi então que um dos pontos de partida essenciais para ler Ruben A. é o de percebermos — ou pelo menos captarmos — os efeitos dessa transfiguração,

até onde for possível captá-los ou percebê-los. Dito de outro modo, ler Ruben A. implica tentar compreender até que ponto a magia desta escrita se deixa seduzir por uma realidade humana que conhece bem — e Ruben fala-nos de gente que pode ser real ou imaginária, mas são sempre pessoas de carne e osso, não marcianos ou criaturas de outras galáxias —, servindo todavia esse conhecimento do real para acender um rastilho de escrita imprevisível e capaz de voar por si própria, em rápidos turbilhões de um pensamento em busca de alguma coisa que nunca o satisfaz completamente. Em Ruben A. existe sempre essa procura, ou nas palavras da sua prima Sophia de Mello Breyner Andresen: «Trazias contigo como sempre alvoroço e início.»

Fica assim destacada como ponto nevrálgico desta leitura a criatividade verbal de Ruben A., que contamina tudo o que escreve com uma dose de originalidade talvez comparável à de um meteoro que passa e nos traz coisas novas, coisas de fora de aqui, coisas de um lado de lá do mundo, em processos de escrita por vezes próximos do surrealismo. Há em Ruben uma consciência disso, mas ao mesmo tempo um arrastar dessa consciência para terrenos novos e inexplorados, regiões da linguagem humana onde ninguém tinha ido — e essa é uma das principais qualidades de um escritor. Tal como afirmou Nemésio, Ruben era detentor de «um estilo nunca em nossa língua usado», numa inquietação literária mas também existencial que marcaria toda a sua vida.

Na sequência do que acabo de dizer, se tivesse de condensar numa só palavra tudo o que a escrita de Ruben A. evoca em mim, escolheria «vertigem».

Ler as suas páginas leva-nos a um território onde as palavras parecem sempre novas para as coisas que dizem, numa água corrente de factos, ideias, lugares, objetos, imagens, emoções — tudo o que pode caber numa cabeça humana. Se digo «vertigem» e a relaciono com a escrita, aludo a isso que qualquer leitor de Ruben A. reconhecerá sem esforço: uma qualidade de dizer coisas diferentes por palavras que também parecem diferentes, embora sejam quase sempre as mesmas que utilizamos todos os dias. Disse «quase sempre» porque Ruben não hesita em inventar neologismos tão plausíveis como «calmalizo», «boquiabrindo-se» ou «sentimentalar», num rodopio graças ao qual a própria língua se transforma, muda de cor, muda de ritmo, acelera, trava, dá curvas com guinadas repentinas, numa viagem que acompanhamos quase sem dar por isso. Há neste «quase» a consciência de sermos levados por uma onda que nos arrasta, é verdade, mas quero sublinhar o «sem dar por isso», já que a escrita de Ruben A. tem muitas vezes o condão de nos enleiar na melodia da sua imaginação — melodia sempre estranha e sedutora, a pedir-nos que a sigamos sem medo, atraindo-nos por ser feita de palavras que parecem sempre outras, sempre novas, sempre diferentes.

Ainda nesta linha de vertigem — ou na vertigem que nos causam as linhas de Ruben A. —, pode dizer-se que Ruben é um autor que vicia os leitores: a sua escrita puxa por nós, puxa-nos pelo pensamento, cativa-nos pela arte de uma proliferação verbal em que o encadeamento narrativo se entrelaça com reflexões por vezes estonteantes, num quadro descritivo em que duas ou três frases

bastam para nos ambientar, criando-se atmosferas em que a realidade se torna irreal, ou melhor, em que ambos os planos se confundem, mediante práticas de escrita quase automática cujos mecanismos, repito, não andam longe do surrealismo.

Dito isto, sublinho com alguma ênfase que o evidente gozo de Ruben nessa experimentação verbal não o transforma num puro experimentalista: a sua escrita experimenta, brinca, efabula, move-se por caminhos inesperados, claro que sim, mas não se desgarrá da vida que em última análise lhe dá energia e se transmite aos leitores. Não sei exatamente o que quero dizer quando uso a palavra «vida», mas preciso dela para falar de Ruben A., já que ele é um desses autores cujo lastro vital se lhes infiltra sempre na mecânica da escrita, nos seus temas, nas suas personagens, nas suas histórias. Isto contribui para que a sua escrita radique sempre num sopro que lhe vem de dentro, num fôlego cuja amplitude nos surpreende e às vezes parece não ter fim — e também para que haja nessa mesma escrita um talento inerente à sua respiração, ou seja, uma arte de respirar de acordo com um ritmo que se deixa maravilhar pelo mundo e nos sabe levar a nós, leitores, nessa respiração.

Surpresa, espanto, maravilha. Há como que um assombro primordial quando Ruben olha para o mundo ou quando imagina esse mundo a ir à sua procura. Deleuze poderia falar num devir-criança em face de alguns textos de Ruben, nos quais existe uma ânsia de viver, mas na medida em que esse viver seja também sentir, imaginar, descobrir, numa viagem de espírito aberto e peito feito às balas, com uma energia sempre renovada e um coração

a abrir-se, a abrir-se mais e mais, no contacto com uma realidade humana infinitamente vasta e o mais universal que a possamos conceber. Em Ruben A., tal ânsia de viver implica alguma coisa que de certo modo transcende sempre esse viver — e que poderia simbolizar o inverso do «viver habitualmente», um dos *slogans* de Salazar. A escrita de Ruben subverte esse «habitualmente», troca-lhe as voltas, muda-lhe os caminhos, transforma-o num «inabitualmente», descobre nele coisas estranhas, pessoas estranhas, ângulos estranhos de captar uma realidade que a escrita irá transfigurar, num longo e também estranho processo que Ruben analisa com brilhante lucidez quando lança um olhar retrospectivo sobre *Caranguejo*, o seu primeiro romance (1954):

Já não tenho a presença de ter sido eu o autor produtor do *Caranguejo*. Está tão fora de mim que nem me sinto nele. Só na altura em que se escreve é que um livro, uma obra, tem realidade; é de facto quando sai da pena que se vibra como truta a saltar fora de água. Escrever é a coisa mais difícil que há. Agora mesmo, nestas linhas, sinto os tremeliques do aparecer de uma frase. Depois lambe-se a cria, é ler duas, três vezes ou cinco vezes até rimar bem o parágrafo, emendas para cima, cortes para baixo, sofros ao longo de uma vírgula mal colocada e deitar as contas a um ponto final que ficou fora do sítio. Um tremendo diário contínuo sem deixar paragem [...] Mas o pior é ler em voz alta. A prosa chalada não resiste a uma leitura oral, a coisa tem mesmo de ser de nível para se aguentar. A palavra escrita está sempre atenta para nos

atraiçoar na primeira esquina, cuidados de tratadinha a gemadas, com todos os ais de uma prima-dona antes de pisar o tablado. E quando entra em cena é de arrepiar os gorgomilos, tem de se ouvir com toda a atenção, aos absorvos bem caldeados. (P-V, pp. 73-74.)

Por este excerto nos apercebemos do relevo que Ruben A. atribui ao processo da escrita, a esse mecanismo que lhe suscita alguma estranheza e que sempre lhe interessa interrogar ou subverter, fugindo ao horizonte de expectativas que a maioria dos leitores constrói em cada época e lhes molda o gosto por uma certa beleza geralmente considerada literária, um certo «escrever bonito» que embeleza a prosa e a torna supostamente literária — ideia desmontada por Alexandre O'Neill no poema que cito em epígrafe. Nesse sentido e noutros, Ruben pertencia à família de O'Neill, porque também ele queria «lutar contra o bonito», indo à procura de outras formas em que as palavras pudessem brilhar de outra maneira — e não daquela maneira cristalizada em que tantas vezes parecem coladas umas às outras, sem vida, sem chama, sem brilho. Para acentuar este ponto é importante recorrer ao próprio Ruben, numa reflexão em que concede às palavras um poder decisivo sobre os méritos de qualquer livro, ao ponto de algumas dessas palavras lhe causarem «alergia», numa rejeição epidérmica da qual nos chega a dar exemplos e que surge em comparação com o racionalismo de Torga:

Para o Torga, uma obra publicada é boa, fraca ou má por razões óbvias da razão. Eu não

analisar. Se uma obra — mesmo com qualidades — emprega palavras a que sou alérgico, não me é possível procurar outras razões de desgostar. A palavra é para mim a primeira e fundamental vivência de uma obra — se as palavras me arrepiam a sensibilidade, lá se foi o livro e o autor nada por água abaixo. E, realmente, os grandes livros são imaculados de «aquiescer as Senhoras Suas Esposas deleitou-o com Milu ao parapeito da sacada exterior quando da passagem pela artéria principal deparou os lábios de Rodolfo a retirar um cigarro debaixo do quebra-luz da tabacaria ‘Nova-Lusa’. Muito gentil o cacharote que ao pôr do sol trouxe de braço dado a Doutor Gouveia e a Menina Soares Cunha. Que disparate!» A língua que uso é a primeira realidade palpável, só posso apreciar bem um livro quando está ultrapassada esta barreira de começo. É a condição básica que ponho para um livro começar a ser livro. (*P-V*, pp. 43-44.)

Este amor ou extrema atenção às palavras é absolutamente essencial em Ruben A. Se o perdermos de vista, perdemos talvez aquela que é a qualidade mais difícil de definir em qualquer obra: um poder de laivos quase mágicos, capaz de operar entre a escrita e o real — seja lá isso o que for — uma reação química de compostos únicos, moléculas novas, combinações ainda a experimentar — ou seja, essa qualidade que confere a um dado texto maior densidade e sobretudo um sabor particular, único, exclusivo daquele texto, que assim estará mais ou

menos apto a agradar ao gosto de um leitor, de uma sociedade, de uma época. No caso de Ruben A. esse é também um aspeto relevante, se o virmos à luz de 2022, mas deixo-o para o último capítulo deste livro. Retomando o que dizia a propósito da linguagem, é essencial percebermos até que ponto em Ruben A. essa ligação visceral às palavras se destaca como a quarta grande motivação para a escrita. Digo «a quarta» porque é o próprio autor a admitir que a génese da sua escrita terá radicado em três motivos aparentemente simples, mas muito fortes — é ele próprio que no-los enuncia numa conferência de 1969:

Faz vinte anos que editei em Coimbra o primeiro volume das *Páginas*. Além disso, com a publicação do terceiro e último volume de *O Mundo à Minha Procura*, termina agora um ciclo da minha vida literária. O espanto perante o absurdo da vida, o desencontro com o ambiente em que vivia, a necessidade diária de exprimir os meus sentimentos — eis as constantes deste ciclo de catorze livros. (MRA, p. 196.)

Aqui se apresentam com notável lucidez as três grandes razões que impulsionaram Ruben para a escrita — e para a publicação do 1.º volume das suas *Páginas* em 1949, aos 29 anos. Repito-as porque as considero essenciais para orientar qualquer leitura de Ruben A.: «espanto perante o absurdo da vida», «desencontro com o ambiente em que vivia» e, enfim, a «necessidade diária de exprimir os meus sentimentos». Sendo a última a

natural consequência das duas primeiras, foram sobretudo essas duas razões — espanto e desentendimento — a servir de motor ao jovem Ruben na bela Quinta do Campo Alegre, nesse Porto mítico e hoje quase desaparecido que lhe moldou decisivamente a infância e a juventude. Será o tópico do próximo capítulo.

Por agora, interessam-me ainda duas questões essenciais nesta primeira abordagem: o humor e a ironia, que dão à prosa de Ruben A. um sainete especial, como se em certos momentos fosse dotada de um espírito lúdico e ao mesmo tempo muito lúcido, um espírito no qual o lúdico e o lúcido se confundissem. Utilizo aqui a palavra *espírito* no sentido do inglês *wit* ou do alemão *witz*, palavras difíceis de traduzir, mas que o português «espírito» não parece imitar muito bem, aproximando-se talvez mais do adjetivo «espirituoso» quando o aplicamos, por exemplo, em «bebidas espirituosas». Trata-se de uma disposição volátil ou de uma arte de brincar, incluindo neste verbo o prazer de brincar com as palavras, mas também o de brincar com as personagens ou com o leitor, num jogo cujas regras são elas mesmas questionadas ou subvertidas a cada momento pelo autor. Isto gera um sentido de humor a que a literatura portuguesa estava pouco habituada em meados do século XX. À exceção dos surrealistas e de meia dúzia de não alinhados, o panorama literário português era na época do jovem Ruben muito sério, muito sisudo, muito circunspeto — tanto do lado do regime como dos neo-realistas —, um ambiente por isso pouco acostumado a conviver com um humor tão insólito ou corrosivo como podia ser o de Ruben A.

Talvez influenciado pela cultura inglesa ou por certos autores britânicos pouco lidos num país ainda na órbita francesa, manifesta-se em diversos textos de Ruben A. um sentido do *nonsense*, do paradoxo ou do absurdo que se revelam férteis fontes de humor ao longo da sua escrita. E é ele mesmo a admitir a importância essencial da ironia na sua visão do mundo, mais uma vez numa comparação com Miguel Torga:

A diferença fundamental entre mim e o Torga é que ele vê a tragédia em todas as raízes das essências, ao passo que para mim o gargalhar da ironia é permanente. Ambos temos uma descrença nos homens, não nas coisas — para ele a descrença é triste, para mim é barriguda a sair pelas orelhas. (*P-V*, p. 119.)

A noção de uma persistente ironia torna-se assim essencial para compreendermos a atitude de Ruben A. perante o mundo e para entrarmos no seu universo literário e humano. Trata-se de uma dimensão irónica por vezes evidente no seu «gargalhar», mas mostrando-se particularmente subtil noutras ocasiões. Ao contrário de uma ironia mais básica em que todos lemos numa mensagem o seu simétrico oposto, num ângulo de 180 graus — por exemplo, se alguém, sob um céu escuro de tempestade, exclamar: «Que dia tão luminoso!», toda a gente entenderá o exato contrário disso —, a carga irónica de muitos escritos de Ruben A. dissemina-se ao longo do que nos é dito e leva a que esse ângulo não seja de 180 graus, podendo permanecer

numa zona intermédia, num terreno ambíguo e indecível que dependerá sempre do olhar de quem recebe a mensagem. A sua ironia funciona, pois, através da ambiguidade de cada leitura e deriva precisamente dessa oscilação.

Quase no final do 3.º e último volume d'*O Mundo à Minha Procura*, Ruben descreve-nos, num extenso parágrafo, as suas interrogações e perplexidades perante os caminhos que se lhe abrem numa certa fase da sua vida, implicando algumas opções decisivas como escritor. Para além de uma dimensão irónica, o texto coloca questões essenciais para situar o autor em face da sua época, da sua comunidade ou, acima de tudo, do meio social de onde provinha. A sua leitura revela-se esclarecedora quanto aos dilemas existenciais — alguns deles muito práticos, económicos — com que Ruben A. se confrontou desde que se apercebeu de um radical «desencontro com o ambiente em que vivia» —, desencontro que se liga ao «espanto perante o absurdo da vida» e que aqui transparece muito bem. Deixo-vos com essa magnífica reflexão, à qual voltarei, e que serve de antecâmara ao 2.º capítulo deste livro:

Na vida ia cultivar o absurdo, assim manjerico de estupidez, abrenúncio descarrilado. Ser escritor? Interrogação levada dos diabos. Escrever para quem? O meio onde nasci, o meio da Granja, o da Parada, terra sáfara para letras de *a* mais *b* mais *c*, queria lá saber que parira um letrado; os homens de letras, os malucos, os esquisitos, esses vinham das berças, gente de ninguém, sem ascendência,

à espera de acertarem nas folhas de papel, maneira de saírem do anonimato [...] Minha burguesia de teres e haveres arrecadados no Brasil, registando-se no casamento de igreja com tanta aristocracia nas lonas, mesmo já analfabeta de dinheiro e *bê-á-bá*, eu seria riso de letras, «escreve umas coisas», «pinta uns bonecos», «faz uns poemas que ninguém percebe» [...] Quem estava errado? Era eu, ovelha ranhosa, tresmalhada do rebanho, teria de aguentar duro o desvio. O quê? Exigências? Como? É maluco. Podia ter ido para uma companhia, um banco, estava tão bem, ali a horas certas no aconchego das filhas dos primos das cunhadas do patrão, havia uns mais patrões do que os outros, talvez um dia fosse patrão — no entanto, nunca podia ser patrão de mim mesmo, criava engulhos. Na dependência, agência, quase funerária, à espera de não querer ser rico, mas querer as comodidades do meu meio social, um meio tão de trivialidades boas, certas de praia, passeios, casa de férias no pinhal do Gandarinha, barco aos saltos, Paris nos intervalos, tão fácil equilibrar tudo com poucos de namoro às notas de outros que não via. Escritor? Estupidez de entremez, papel de peça que se vê, não se vive. Escrever numa sociedade divorciada? Meio que sente cócegas, abcessos, quando a Arte tenta aproximar-se gosta só de emitir sons de barulho, sons sem som, sons grunhidos, ondas curtas em aparelho de TSF. Escrever o quê? Para quem? [...] Um parvo «lê umas coisas», «escreve umas larachas» [...] Como sobreviver

sendo escritor? Como? Vivia uma besta de ilusão, caramba de carambola. Errado, sem peneiras, era eu, sim, eu da raiz dos cabelos à raiz que sai dos pés e continua pela terra dentro. (*MMP*, pp. 723-724.)

II – O Porto, o Campo Alegre

A leitura de um texto como o que acabo de transcrever permite-nos compreender melhor a visão de um Ruben A. já amadurecido a respeito das grandes opções da sua vida, sobretudo em face das expectativas do seu meio social e dos preconceitos que esse meio podia manifestar a respeito de alguém que certamente lhe pertencia, mas que ao mesmo tempo dele se destacava em aspetos de personalidade sem dúvida originais ou interessantes, mas por vezes vistos como demasiado singulares numa sociedade que prezava — como de certo modo ainda preza — um jogo de aparências que a legitimava, olhando com desconfiança quem subvertesse as regras de tal jogo ou o jogasse de modo a desmontar-lhe as várias camadas de hipocrisia que a protegiam sob o nome de «tradições».

Adiante veremos que tais preconceitos provinham de dois lados diferentes e opostos, mas por agora regresso à autoanálise tão acutilante que Ruben faz neste excerto, e que nos mergulha

em cheio na questão social, tendo em conta que o autor provinha, de facto, de um estrato privilegiado pelo sangue e pela fortuna, como resultado de uma ascendência feita de casamentos em que o amor parecia conjugar-se com certas conveniências económicas e sociais, cumprindo esse código tácito que permanecia vivo de geração em geração, assegurando a Ruben e a muitos da sua classe um futuro sereno e sem obstáculos — pelo menos se não questionassem a fundo certas coisas.

Ruben, no entanto, não era como eles. Se olharmos apenas para a sua experiência mais aparente, ou seja, em tudo o que nele se virava para o exterior — a vida social, as festas, o ténis, o golfe, os jogos, os passeios — podia parecer que era como eles, mas havia neste homem outra dimensão, qualquer coisa que o inquietava e o inebriava, e a que ele não queria nem sabia resistir, uma vontade de ir mais até ao fundo, até mais longe, até mais além, uma febre de perceber melhor tudo o que o rodeava e logo o assombrava, num espanto que era sempre muita coisa ao mesmo tempo, vida a acontecer, puro acontecimento da vida, inquietação sem princípio nem fim — tudo isso graças a um entusiasmo insaciável que parecia guiá-lo e que lhe impregnava cada minuto da existência. Nessa perspetiva como noutras, a cidade do Porto foi essencial para o autor, pelo papel precocemente irradiante que teve na sua vida — uma vida cuja infância se destaca pelo seu carácter maravilhoso, talvez perto de uma perfeição original, encenada como um pequeno mas universal teatro disso que poderia ser uma felicidade natural, harmoniosa, anterior à corrupção humana. O cenário da Quinta

do Campo Alegre — hoje o Jardim Botânico do Porto — facultou ao jovem Ruben — ao jovem e sobretudo à criança que ele era e nunca deixou de ser — a visão mais ou menos idílica de um proto-paráiso terrestre cuja bolha familiar o protegia, mas cuja beleza e diversidade natural lhe abriam desejos novos no peito juvenil, alimentando esse impulso de aventura que levaria Ruben a viajar pelo mundo — impulso esse que nasceu no Porto, no Campo Alegre:

O Campo Alegre era um oásis no Porto. Tanto o Campo Alegre como a quinta do mesmo nome, onde vivíamos, refugiava-se num dos sítios mais bonitos da cidade. Para se lá chegar ou era a pé, ou de automóvel. Como nessa data, entre fins da segunda década do século e começos da terceira, os carros escasseavam, era mesmo a pé que se descobria aquele mundo maravilhoso, não urbanizado, cheio de árvores, aves de arribação, grades do século XIX, ambiente de liberdade, histórias de amor, maldições pairadas, e muitos ingleses com o seu clube desportivo e as suas casas sempre cómodas [...] As casas conhecia-as uma por uma, sabia quem lá morava, e na correnteza dos nomes vinham os Kendalls, os Taites, a Quinta do Araújo [...] Seguiu-se a Quinta dos Burmesters e depois a quinta da minha avó, que pela sua importância tomava o nome do lugar. Do lado de lá o clube dos ingleses, com rãguebi no inverno, *cricket* e ténis no verão, e o resto grupos de campos que indistintamente se chamavam do Ribas [...] Era

o Campo Alegre uma espécie de colónia onde se conhecia os habitantes e se cumprimentava sem intimidades os residentes da mesma área. Zona privilegiada, sentia-se que cada um mandava ali na sua terra e que os estranhos seriam sempre recebidos com desconfiança. (MMP, pp. 39-40.)

Este retrato de um certo Porto que todos conhecemos provém do 1.º volume da autobiografia de Ruben A. — *O Mundo à Minha Procura*. De um ponto de vista biográfico mas também pelo seu desígnio literário, sobretudo para quem não conhece a escrita de Ruben, uma excelente porta de entrada nesta obra singularíssima na prosa portuguesa de meados do século XX poderão ser, de facto, os três volumes dessa magnífica autobiografia, ao longo dos quais Ruben percorre todo o seu passado, começando precisamente nas memórias infantis do Porto, prolongadas numa juventude mais dispersa por outros lugares, mas ainda muito influenciada por essa Quinta do Campo Alegre por onde também andou a sua prima Sophia de Mello Breyner Andresen, quase da mesma idade — e aqui, se me é permitido o parênteses, acrescento que se compreende melhor um certo imaginário de Sophia quando se conhece a Quinta do Campo Alegre, os seus jardins, os seus bosques, as suas alamedas. Voltando a Ruben, convém sublinhar que toda essa atmosfera veio a ser absolutamente decisiva e a deixar-lhe marcas indeléveis, sinais que se refletiriam em tudo o que viria a ser como homem e como escritor. Dir-se-ia mesmo que sem conhecer fisicamente a Quinta do Campo Alegre se torna difícil penetrar no universo

de Ruben, nas suas visões, nas suas fantasias. A força centrípeta que o lugar exercia sobre ele tinha um evidente efeito protetor, mas pela riqueza e diversidade do seu microcosmos também o impulsionava para partir à descoberta do mundo — e ninguém melhor do que o próprio Ruben para descrever a magia que lhe transmitiam esses jardins, por onde em criança passeava longamente de bicicleta:

Depois do *lunch* saltava para a bicicleta e ala pela Quinta fora. Não conheci, do Mondego para cima, jardins mais impressionantes do que os da Quinta do Campo Alegre, tão bonitos e imponentes que são hoje em dia património da cidade do Porto com o nome genuíno de Jardim Botânico. Pedalava com a força bruta dos sentimentos que há pouco, preso aos balões cativos do meu nervoso, me haviam deixado em coma pelo menos vinte e quatro horas. Desfilava junto às curvas dos rododendros, rododendros vermelhos, amarelos e roxos, rododendros de mil cores, reduzida amostra da maravilha extraordinária dos rododendros de Longleat, propriedade de sonho dos marqueses de Bath, no sueste de Inglaterra. Fazia esquadrias tangentes às cameleiras que em três imensos retângulos formavam nos dentro jardins de rosas, begónias de mil cores, azáleas e tantas outras flores que em nomes se fugiam de mim. (*MMP*, pp. 56-57.)

Um fragmento como este mostra-nos a capacidade de Ruben para nos apresentar uma

belíssima descrição — insistindo numa palavra foneticamente tão especial como «rododendro» —, mas sabendo infiltrá-la no encadeamento de uma narrativa que alude, neste caso, à exploração de alguns recantos da Quinta num passeio de bicicleta, em pedaladas onde se sente a energia que os pés de uma criança aplicam aos pedais. E se Ruben «pedalava com a força bruta dos sentimentos», sirvo-me desta imagem muito intensa para a estender à sua escrita, ou melhor, à atitude que Ruben manifesta perante a sua obra — uma obra cujo ímpeto nasce quase sempre das emoções, como se só elas dessem força aos pedais dessa bicicleta e assim fizessem avançar a escrita. Cada um dos seus livros dependerá sempre dessa carga emocional, que se exprimirá ora mais perto da verosimilhança realista, ora no alto mar de uma imaginação sem fim.

Mas volto à infância de Ruben no Campo Alegre: vivida nos anos 20, entre as convulsões ou estertores da I República e um impulso reacionário que daria origem ao Estado Novo, ela decorre ainda num Portugal conservador, pouco dado a excentricidades do corpo ou do espírito. O Porto, e mais especificamente o Campo Alegre, representava um mundo à parte, e um dos grandes méritos de Ruben é ter-nos retratado esse mundo no 1.º volume da sua autobiografia, acompanhando um quotidiano infantil de que faziam parte mil e um acontecimentos muito diferentes — desde a penosa rotina das aulas até às celebrações do Natal, passando pelos primeiros amores ou pela dramática cena de um naufrágio na barra do Douro. Tudo captava Ruben para sempre, com

uma «intensidade» sempre a desdobrar-se, a multiplicar-se, comunicando-se a cada uma das suas páginas:

A intensidade dos dias em que eu vivia multiplicava-se. Atirava para o sótão da minha sensibilidade um sem-número de objetos, de pequeninas interferências, de contraluzes momentâneos de um pôr-do-sol em passagem periódica pela claraboia do arcabouço sentimental que me fazia mover. Sabia que transportava um peso imenso, que me arrastava com dificuldade nos momentos de liberdade social, ou ainda, e talvez pior, nas horas estagnadas das aulas e mais aulas. Ia passando pela tangente, mesmo sofrendo pelas aflições que dava a meus pais, pelas despesas imensas com explicadores de toda a qualidade e de várias origens [...] Sabia, sem indagar, que o criar era a razão forte da existência, que perdida essa fase de deslumbramento, de imperfeição, de razão última do meu existir, tudo o resto permanecia mera babugem a boiar peganhenta no destilado do dia a dia. (*MMP*, p. 128.)

Por esta reflexão se nota o peso que a escola tem no jovem Ruben, que todavia logo o relativiza, tendo em conta que o ato de criar lhe seria sempre prioritário, «razão última» pela qual se sentia vivo e pela qual a vida valia a pena — o resto era a babugem dos dias, de que a escola fazia parte: uma escola baça, monótona, repetitiva, presa a uma tradição sem brilho nem chama, a alongar cada dia em

infinitas aulas, nessas «horas estagnadas» que um espírito tão ávido e curioso como o de Ruben via sobretudo como fonte de interminável tédio. A isto acrescia um medo dos exames, uma quase-fobia de ser chamado e não saber a matéria, aquele nervosismo típico de quem estudou, mas receia falhar estrondosamente no dia do exame — tudo isso a que hoje se chama «ansiedade» e continua a atacar os jovens de 2022. E é o próprio Ruben a refletir com lucidez sobre esse mal que o atormentava:

Sabia que um nervosismo estúpido me impedia de dar o máximo. Um nervosismo absurdo, sem cura, que me havia de prejudicar pela vida fora, tanto em casos amorosos como em situações de relativa importância. Enfrentei sempre qualquer parada, assumi sempre as responsabilidades dos atos e, mais ainda, dos meus exames. Mas o nervoso que saltava no pensamento, se transmitia ao corpo, fazia agitar pernas e braços, incapacitando-me de me concentrar, de ver claro o assunto em questão, de perceber as relações lógicas. Deformava a realidade e criava em seu lugar uma poderosa imaginação, como fuga onde repousasse o que a natureza tinha sido mais avara em comunicar-me, ou mesmo me comunicara no excesso e me impedia de ver tranquilamente. Era um nervosismo que anos mais tarde seria a causa imediata de noites e noites seguidas de insónia, de noites terríveis passadas em noctivagar dentro dos monstros que se trazem cá por dentro e passeiam com mais desprazo no campo aberto de terreno

propício, um nervosismo de suicida, da ideia de acabar com tanta agitação, com tanta noite acabrunhada onde se dorme aos goles de meia hora. (*MMP*, pp. 42-43.)

Ao longo da sua autobiografia, Ruben A. põe-nos assim a par das suas vicissitudes escolares, numa narrativa paralela que acompanhamos com interesse, mesmo sabendo que para alguém como ele essa parte da vida — a vida escolar ou mais tarde a chamada «vida profissional» —, embora decisiva na organização do tempo ou na relação com os outros, seria sempre subsidiária de uma outra vida que decorria na sua cabeça, motor que funcionava a muitas rotações por minuto e onde germinavam os universos que dariam origem aos seus livros. Ao longo da infância e da juventude, Ruben faz-nos aperceber desse processo ou dessa tensão entre dois mundos: por um lado, o terror da matemática ou a fobia do latim, mas, por outro lado, um gosto pela história e pela geografia, um prazer irrefreável na fantasia ou na especulação, isso que mais tarde se revelaria através do tempo dedicado à investigação histórica — narrativa de um outro real que inventamos no passado —, atividade que viria a apaixoná-lo, assinando numerosos trabalhos com o nome de Ruben Andresen Leitão (cf. cap. v). Ruben foi um bom historiador, claro que sim, mas o meu ponto é o de que nele toda a vida escolar, académica, profissional, é hoje vista como um itinerário paralelo a um outro, o literário, que continua a seduzir-nos e a justificar a sua leitura — leitura de uma escrita que escapa

sempre ao convencional ou ao pré-estabelecido e que desde cedo precisou de encontrar professores de português que reparassem na sua singularidade. O seguinte excerto leva-nos precisamente nessa direção:

Baralhava tudo, vivia alheio aos valores aritméticos da natureza. Para mim, o mundo era um recheio de coisas, uma exposição permanente de artigos, nascidos pela força bruta da criação ou amaciados à lâmina do homem. A natureza trazia-me a geografia. Nesta disciplina, como em ciências naturais, eu construía o meu reino. Reparava, no entanto, com certa mágoa, que não ligavam importância aos meus predicados geográficos, e ainda o que mais me apoquentava era que nas reuniões de professores a voz do mestre de geografia e ciências da natureza passava a terceiro plano. Eu claudicava nas matérias fundamentais: matemática e latim. Em português conseguia às vezes encontrar um mestre que me deixava ir comigo, que parava na aula e lia o meu exercício, como quem lê uma bíblia traduzida para chinês. Os outros colegas nada percebiam, uma vez que eu me afastava completamente do assunto dado para a dissertação. (*MMP*, pp. 76-77.)

Esse afastamento em relação à «matéria» ou à maioria que passivamente a absorvia constituirá para Ruben um destino sempre confirmado e pressentido desde os bancos da escola. Ainda as-

sim, a sua infância pode considerar-se feliz, isso a que chamaríamos hoje uma infância dourada, regida pelo ritmo dos períodos letivos ou das férias escolares e assinalada por episódios ora no limiar do trágico, como um tiro de pistola que o atinge acidentalmente e veio reportado no *Jornal de Notícias* — «Ontem ao fim da tarde, na Quinta do Campo Alegre, propriedade da Senhora Dona Joana Andresen, foi atingido pela carga de um pistolão o menino Ruben Andresen Leitão» —, ora por festividades sazonais em que avultavam acima de tudo as celebrações do Natal, com os passeios à cidade, no *Daimler*, para fazer compras, a decoração do pinheiro e toda a magia associada a essa época:

Se pensar bem vejo que nada encontrei na vida que se compare ao Natal do Campo Alegre. Era um Natal nórdico, alimentado pela combustão germânica e dinamarquesa da família de meus avós, aperfeiçoado pelos requintes trazidos ao seu brilho pelas minhas tias que, através do casamento ou por feitiço, capricharam mais em festejar a data do nascimento de Cristo sob a forma tradicional das antigas lendas do Reno, do que segundo os cânones da consoada portuguesa. O Natal no Campo Alegre era o máximo na nossa vida anual. Nada se lhe comparava, nada, no decorrer da vida, me vibrou tanto como aquela noite de 24 de dezembro, em que se acertavam as medidas eufóricas dos presentes, deitar tarde, bons petiscos e liberdade de ação nas salas menos povoadas da casa. (*MMP*, p. 84.)

E embora o Porto não fosse omnipresente na sua vida — as férias de verão eram passadas entre Cascais e a Granja — a verdade é que foi no Porto que Ruben adquiriu alguma coisa difícil de definir, mas que de certo modo lhe terá dado uma reserva de energia moral e alimentado um espírito omnívoro que ao mesmo tempo desejava libertar-se de todas as amarras. E é particularmente significativo este ponto de vista de Ruben em face da sua própria infância, no final do 1.º volume da sua autobiografia:

O Porto tinha apostado nas falanges de uma sensibilidade em plena floração o seu cunho de origem, selo de uma espécie de genuíno vinho do Porto que tanto marcaria o meu carácter nos períodos mais agitados do meu afivelar de comunicabilidade [...] Era o Porto que me dava uma medida de equilíbrio de onde eu sorratamente desgarrava soltando as amarras que me prendiam ao cais [...] E no meu dicionário de nomes, a avó Joana, o Belzebu, Campo Alegre, viela do Sobreirinho, Natal, 31, *Jet*, Amor, *Daimler*, Entre Douro e Minho e acidentes com armas de fogo, formariam vocábulos tão ricos que em páginas e páginas seriam leitura cuidada ao encontro da recordação dos anos. (*MMP*, pp. 210-211.)

Este fragmento serve aqui para duas coisas: mostra-nos como alguns traços de carácter de Ruben provêm da sua infância portuense ou, se quiserem, do Porto da sua infância, condensado

num vinho que imaginamos saboroso, mas sempre com «uma medida de equilíbrio» que vai muito ao gosto dos Portuenses; mas sublinho também a enumeração final, ou em termos rubenianos o seu «dicionário de nomes», situando mais uma vez Ruben no ambiente social que era o seu, nascido nessa elite portuense que o recebia, o prezava e lhe reconhecia os múltiplos talentos de polígrafo, sem todavia deixar de o ver como uma *avis rara* ou um ser algo estranho, dotado de uma curiosidade humana e de uma inquietação existencial que fascinavam quem o conhecia, mas que introduziam elementos de alguma perturbação no remanso em que um certo Portugal privilegiado vivia durante o Estado Novo.

Talvez essa atmosfera tenha contribuído para lhe reforçar a noção de uma identidade pessoal muito singular, com alguns desvios excêntricos mas por isso mesmo intrigante ou problemática, o que se repercutiu socialmente no meio a que pertencia, numa síndrome de ovelha-um-pouco-fora-do-rebanho que Ruben sentiu no Porto desde a infância e o atravessou em algumas fases da vida adulta, vindo a ter consequências em boa parte da sua obra. De qualquer modo, Ruben não ficaria preso a preconceitos de nenhuma espécie e, mesmo falando de um ponto de vista estritamente literário — seja lá isso o que for —, nunca seria um autor capaz de se cingir a convenções ou regras estabelecidas, preferindo correr o risco de aplicar inovações estruturais em algumas narrativas, nas quais usa um humor e uma ironia pouco frequentes no Portugal sério e sisudo que era o do seu tempo, analisando com mentalidade aberta e cosmopolita

as idiosincrasias portuguesas. Essa análise visa igualmente o Porto e os Portuenses, mas a imagem da cidade persistiu sempre na memória de Ruben como eco de uma ligação profundíssima à infância, aos valores que desde aí se lhe implantaram — e sabemos, pelo menos desde o Dr. Freud, como a infância é essencial para explicar alguma coisa do que somos, se é que tal explicação é possível.

Quase a terminar este capítulo, acrescento que o Campo Alegre deixaria em Ruben uma impressão digital sem paralelo com quaisquer outras na sua vida — uma vida depois muito cheia de outros lugares, outras cidades, outras pessoas, mas em que a cidade do Porto se manteria num pedestal de liberdade cuja idealização o autor nunca abandonou. Para Ruben, esse pedestal era alicerçado na força do Porto e na beleza do Porto, mas também nisso a que poderemos chamar o carácter do Porto e dos seus habitantes. Por isso, nada melhor do que transcrever um dos mais rasgados elogios que alguma vez pude ler às qualidades do Porto — qualidades que viriam a marcar para sempre o jovem Ruben. Muito do que distingue o Porto no panorama português surge neste parágrafo com o relevo sóbrio, discreto, tranquilo, que marca uma certa identidade portuense muito ligada aos Ingleses e aos seus hábitos — mas aos Ingleses ainda voltarei, já que constituem um dos tópicos do próximo capítulo:

Uma cidade de árvores grandes tão ao gosto inglês, com chuva boa para fumar cachimbo, onde não se fala ao telefone horas seguidas. Certo que um burgo assim tem muitas carac-

terísticas de Europa e está pronto a fazer as delícias do inglês que não quer que o incomodem, e lê através do *Times* os acontecimentos mecanizados que se passam em Londres e noutras cidades do Império. Uma cidade que ensina ao homem os seus deveres cívicos e que lhe tributa direitos que não despreza por forma alguma, cidade extraordinária de consciência política no que de mais nobre tem esta palavra em ligação com o valor humano da pessoa integrada nas defesas da comuna. Cidade que é invicta e magna e que, ao mesmo tempo, não é sede de Governo central, é sem dúvida a riqueza de um mundo diferente que abre aos seus cidadãos. Em vez de uma consciência de politiquice, cria-se uma consciência de homem, cívica, livre, indócil à bajulice, à intriga, cidade de granito, de verdadeiras contas do Porto. (*MMP*. p. 170.)

III — Os Ingleses, o mundo

Quem tiver lido com atenção o capítulo anterior ter-se-á apercebido de quão estreita foi, desde a infância, a ligação de Ruben aos Ingleses — e com isto não estou apenas a aludir à cultura inglesa, aos hábitos ingleses, aos valores ingleses, a tudo o que torna os Ingleses diferentes dos outros povos do mundo e da Europa, mas também ao facto de Ruben conhecer pessoalmente Ingleses, lidar com a presença quotidiana dos Ingleses na zona do Porto onde vivia, numa coexistência que lhe despertava uma natural curiosidade. Seria aliás estranho se assim não fosse, já que os Ingleses estavam ali, era impossível ignorá-los, a eles e à sua influência nos costumes de uma certa burguesia liberal portuense que era a elite da cidade. De todo esse quadro geográfico — físico e humano — faziam parte integrante os Ingleses:

Vivíamos no Campo Alegre rodeados de Ingleses. Se apresentar a nossa Quinta como o centro de uma grande mesa, ao nosso lado

estavam os Kendalls, os Taits, os Jennings, com a senhora Jennings de coração aberto, os Grahams, os Cassels, a E. C., os Niblets, os Symingtons, uma autêntica colônia, com horários também certos, mas desta vez o horário era londrino [...] Viviam de ligeiros cumprimentos, de monólogos em *Bão dia*, com um acento delicioso de fonética portuense atravessado nas cordas vocais saxónicas. Eram todos simpáticos, todos acolhedores a quem quisesse participar dos seus jogos e das suas ceias na Feitoria ou no Clube Inglês. Esta colônia inglesa criou na região do Campo Alegre e no povoado da Foz uma colônia portuguesa, que os ia imitando na maneira de vestir, que começou a jogar golfe em Espinho, que se lançou no ténis pela mão dos manos Bull, que jogava *rugby* com todo o entusiasmo. No entanto, raríssimo se visitavam de casa a casa, pela simples razão de ambos serem profundamente burgueses, com um medo terrível de incomodarem a senhora Almeida, a Mrs. Chambers, e o receio de complicações domésticas, que é comum ao inglês e ao portuense. (*MMP*, pp. 169-170.)

Por aqui se compreende o papel que ao longo da vida de Ruben A. iriam desempenhar os Ingleses — o mundo estava à sua procura, mas a primeira porta para esse mundo eram os Ingleses. O convívio com eles desde a infância transformou Ruben no cosmopolita que de algum modo já estava destinado a ser, acentuando-lhe o fascínio por essa cultura diferente da portuguesa, capaz de olhar para cada

pessoa de outra maneira e de criar na organização coletiva diferentes modelos de comunidade, segundo outras regras ou preceitos. Formado por valores cuja exigência pragmática não abdicava de uma ética baseada na liberdade e nos direitos individuais, Ruben admirava nos ingleses, entre outras coisas, o primado da Lei, uma Justiça independente e respeitadora desses direitos:

É esta a lição da vida inglesa: um homem está inocente até que se prove culpado.

É esta a miséria da nossa vida: um homem está culpado até que se prove inocente. (*P-V*, p. 202.)

Essa atração pelos Ingleses continuaria ao longo da vida de Ruben e iria concretizar-se após a conclusão dos atribulados estudos superiores, com um complicado exame de aptidão a Direito e a decisão final por um curso de História, ou melhor, de Histórico-Filosóficas — decisão que viria a revelar-se acertada, tendo em conta que seria um competente historiador (cf. cap. v). Estávamos no imediato pós-Guerra (1946-1947), naqueles anos em que a asfixia do regime português se fazia sentir com um maior contraste perante uma Europa Ocidental libertada de ditaduras — e Ruben precisava de sair de Portugal:

O meu desejo de emigrar dilatava dia a dia os instintos. A guerra aproximara a geografia. Tudo estava mais perto, os lugares conheciam-se de acumular drama — Dachau,

Hiroxima, Auschwitz, lugares à mão, no útero da tragédia, centros universais do mistério que o homem é um mistério, o mapa trazia nomes que passaram a ser triviais, nomes traiçoeiros — Pearl Harbour, Estalinegrado, Tobruque, El-Alamein, pão com manteiga. A guerra esquecera Portugal, onde ficava o Soajo, Alandroal, Belmonte, Murça, Quiaios, Montalegre? (*MMP*, p. 582.)

Terminado o curso de Histórico-Filosóficas em Coimbra, mil projetos literários borbulhavam na sua cabeça, milhares de ideias a quererem manifestar-se pela escrita, procurando intervir numa literatura que Ruben sentia ossificada, fossilizada, cristalizada em convenções e preconceitos que era preciso romper. E todavia, as várias capelinhas em que se dividia o chamado «meio literário» pareciam afastar-lhe quaisquer veleidades, contribuindo para um desencanto que reforçaria o seu desejo de abandonar Portugal, pelo menos durante algum tempo. Perante esses meios, Ruben confrontava-se com uma desconfiança e uma estreiteza de espírito que exprimiam preconceitos tão difíceis de vencer como os dos seus primos aristocratas, embora de sinal contrário, o que o levava a sentir-se «entalado contra a parede», entre dois fogos:

Escrever num meio de escrevinhadores era preparar a minha escrevinhança à falhança. Será possível ser-se escritor vindo de Cascais, infrequentando cafés, desnamorando críticos,

novos valores que eu agora aprendia e que nunca me foram ensinados na Parada? A luta rélica, deitar abaixo, um tipo desses não pode ser escritor, porrada para escachar, cabeça na água. Como é que um cavalheiro que joga ténis e golfe, que vem desses meios, sabe escrever? Como? Os literatos bufavam, em Portugal a sementeira de escritores só pode vir dos moscavides. E eu entalado outra vez contra a parede, levava um pelotão frente a mim. Um mim que sofria nos infernos, atiravam sobre a carcaça, dos dois lados, eu na fronteira, num quase de passagem para certo mundo que não existia por aqui, que era miragem, democraciagem, viviagem. Atiravam dos dois lados, certos, com pontaria, estavam aliados, este horror de berros de não poder mais, não. Um lado que atirava não via o outro lado que atirava. Seria este o meu País? A terra era. Montanhas de planície, ondas de pinheiros, mar aberto, de peito sensual, dunas chupando a baba da maresia, falésias, montes alentejanos, rios de Douro e Lima, criando orgasmos na natureza. (MMP, pp. 724-725.)

Compreende-se bem algum do desconforto que a situação lhe causava, essa incompreensão da parte do que era um meio literário hostil a quem não se encaixasse em balizas traçadas por convenções sociais e políticas que ninguém punha em causa, de um lado ou do outro das barricadas. Ruben correspondia a um alvo fácil, confrontando-se com a sina de facilmente atrair balas de ambos os lados: para os de Cascais ou da Granja, enfim, até «escrevia

umas larachas», mas a escrita seria sempre encarada como um *hobby* sem consequências, num mundo onde o que interessava eram os negócios, a vida prática e consistente dos negócios, tudo isso que trouxera fortuna aos seus antepassados; para os de Vila Franca de Xira ou dos «moscavides», a literatura envolvia uma dimensão política de oposição a Salazar, uma escrita empenhada nesse combate, e Ruben ou era considerado um «inimigo de classe», ou, mais benignamente, um diletante a quem não valia a pena dar muita importância. Do meu ponto de vista, esse papel de *outsider* perseguiu-o ao longo da vida e, embora o próprio pudesse lamentá-lo por não lhe granjear especiais favores de nenhum dos lados, talvez acabasse por ser uma bênção, já que lhe deu maior liberdade e reforçou nele uma noção de identidade mais vincada, isso que desde sempre procurara. Digamos que sem esse mal-estar não teríamos hoje os mesmos livros, as mesmas páginas, todo esse universo tão específico que Ruben A. deu à literatura portuguesa.

A reação do autor a este desconforto será dupla e em tempos diferidos. É possível que, depois de se licenciar, Ruben tenha atravessado um período de hesitação que exprimia também uma inquietação existencial, uma sensação de não encaixar, tanto mais incómoda quanto sentida por alguém que precisava de se enquadrar numa sociedade à qual pertencia, com os seus muitos privilégios, que incluíam um preço moral a pagar por esses mesmos privilégios. Ruben teria de trabalhar, não ia ser um *playboy*, esperava-se que brilhasse em certos campos social e profissionalmente definidos, esses que para um rapaz da sua classe nos anos 1940

abrangiam três cursos: Direito, Medicina e Engenharia. Essa tríade está bem presente num lúcido diagnóstico social do que eram as classes altas e médias-altas no Portugal desse tempo:

Precisamente nessa corte todos se formavam nas escolas superiores, mas só se diplomavam em três cursos — Direito, Medicina e Engenharia. Os agrónomos, os falhados, coisa de segunda classe, os de Letras nem existiam, ninguém sabia o que era isso de Letras; de Filosofia e de História só se lembravam de D. Carlos, que aparecia na praia a banhos por altura de setembro e passeava no seu grande iate, para aos fins da tarde jogar ténis na Parada [...] Havia assim três cursos que na minha sociedade se tiravam — mantido o de Direito em primeiro lugar. Ia tudo para Direito. Fazer o quê? Ninguém sabia, e também pouca importância tinha. Todos, mais cedo ou mais tarde, ingressariam nos negócios dos pais, nas casas comerciais ou bancárias que os avós haviam estabelecido na praça da capital. Direito, como se dizia então, serve para tudo, até para se ser burro. Tirar o curso e não tugar nem mugir, assim é que estava bem [...] E sabia bem que meu pai gostaria de ver o filho com o curso de Direito, seguir a carreira de Coimbra que ele há tantos anos — no tempo de D. Carlos — havia concluído. E era lógico que assim fosse. Nascido numa alta burguesia, constantemente a casar com os restos amolecidos da aristocracia — essa mesma alta burguesia iria dentro em breve dominar o País. O País criava-se com a nossa teta, estava

às ordens daquilo que fossem os nossos desejos. Eu não percebia nada, isto vim a compreender muitos anos passados. [...] Realmente, os que se formavam raro tinham dificuldades: uns iam para as casas bancárias — Espíritos Santos — outros para Pinto Bastos, outros entravam nos negócios de família, começavam a sacar com o curso de Direito. (*MMP*, pp. 230-232.)

Não vou comentar a ironia de Ruben quanto aos cursos de Direito e a alguns dos seus alunos, mas a verdade é que na parte final deste excerto encontramos um bom retrato de como se comportavam as classes dominantes no Portugal de meados do século XX, a que Ruben pertencia. Nessa fase da vida, abriam-se-lhe duas opções de certo modo simétricas: a primeira era sair do País, dar largas a um impulso de viajante que o faria conhecer outras terras e outros povos, numa ânsia sem fim, descobrindo eventualmente outro lugar onde se instalasse e se sentisse melhor do que por cá; a segunda, em refluxo contraditório da primeira, era aprofundar a descoberta de Portugal, de um Portugal que o atraía e que Ruben sentia estar ainda por revelar. Dessa descoberta doméstica e de tudo o que ela lhe viria a dar tentarei falar no capítulo seguinte. Por agora, sublinho que a ânsia de viajar sempre fora muito forte, já que, bem antes da partida para Londres, rumo ao King's College, Ruben percorreu outros lugares, destacando-se uma viagem à Alemanha, Áustria e Hungria no dealbar da maioridade — uma viagem com o seu quê de iniciático, rumo à aventura. De facto, assim

que completa 18 anos, Ruben faz uma expedição solitária à Alemanha nazi e à Europa Central, onde se apercebe das tensões que durante esses anos se acumulavam na Europa. Nesse último verão de paz (1938), o jovem Ruben decide partir — «O melhor mesmo, para mim, era aproveitar e ir arranjando a minha viagem à Alemanha. Partir daí a umas semanas e, enquanto as costas folgam, divertir-me o máximo. Atingia a maioridade, podia ir pela Alemanha praticar a pouca-vergonha; estava mesmo na idade e ninguém tinha nada com isso.» (*MMP*, p. 234) — num fascinado percurso de descoberta, cuja narrativa ocupa algumas das melhores e mais empolgantes páginas da sua autobiografia, mas que por serem longas me abstenho de transcrever aqui.

O resultado dessa primeira grande viagem fora de Portugal mostrar-se-ia importante para Ruben, que percebia até que ponto o mundo o procurava, sobretudo dentro de si mesmo. Tal como sintetizou Liberto Cruz falando de Ruben, «a sua Europa era uma Europa de liberdade, de tolerância e de cultura» (*CL181*, p. 68), mas, fosse como fosse, o fascínio pelos Ingleses permanecia — e veio a concretizar-se com a sua ida para Londres, como leitor de língua e cultura portuguesas no King's College, em 1947. Aí ficará durante sete anos, nesse que foi um dos períodos mais decisivos da sua vida. Muito tempo mais tarde, numa excelente entrevista a Maria Teresa Horta, Ruben assumirá a sua antiga admiração pelos Ingleses:

— A sua estada em Inglaterra influenciou de algum modo aquilo que escreve?

— A estada em Inglaterra foi cósmica, abriu o mundo àquele mundo, reputo a Inglaterra o país mais culto do cosmos, onde se aprende o que já se julga saber. Isto de uma pessoa pensar o melhor a respeito de outra, até prova em contrário, é coisa muito séria.

(Entrevista ao jornal *A Capital*, 17 de julho de 1968.)

A viagem para Inglaterra é feita a bordo de um navio e demora cinco dias e meio — coisa que no século XXI nos parece estranha, mas que criou em Ruben um efeito mais profundo de mudança. Ia correr um risco que nunca correrá, já que esta não era uma viagem turística, para mais uns passeios culturais ou torneios de golfe — desta vez era a sério: Ruben atrevia-se a ir para outro país em nome do seu País, ia representar ali o seu País. É verdade que aquele era um país especial, um país do qual gostava e que de certo modo já conhecia antes de ter lá estado — mas agora não podia esquecer a responsabilidade, o peso que já sentia nos ombros: ia dar aulas no King's College. Isto levava a que, à chegada a terras inglesas, Ruben se dividisse entre um entusiasmo devorador e uma derradeira hesitação antes do salto decisivo:

A primeira imagem que tive da Inglaterra foi quando ao fim da tarde, nos últimos dias de setembro, o barco em que viajava se aproximou dos *cliffs* brancos de Brighton [...] Debruçado com mais vigor, cotovelos atirados para

Inglaterra, eu ia comigo desconfiado. Aguentaria uns anos? E as saudades? E os amigos? E outras saudades, das que matam, réplicas de Amor. Interrogava-me sentindo uma espécie de jejum que cobria a minha nudez. Emigrava com a saudade de um país geograficamente encantador, inveja dos estrangeiros, mas em que à escala humana só com uma lente é possível desvendar a inteligência das coisas, do milagre. Ia determinado a ver tudo, não queria deixar pitada de fora, ouvir tudo, cheirar prados, lavandas, alfazemas, comer talhadas de Londres, avantajadas com mulheres lá dentro [...] Um misto de fuga atemorizou-me, a terrível dúvida que assalta quem leva determinada missão secreta, de quem vai lançar rastilho a paiol, de quem entrega missiva ultraconfidencial, eu estava comigo no assim da hesitação, apetecia-me mergulhar na água e voltar para trás, uma saudade roída de vermes putrefactos, saudade dos mortos que deixava com vida, dos mortos de morte, uma falta de que eu apenas falaria comigo a respeito deles. (MMP, pp. 591-594.)

Ruben mataria essas saudades em periódicos regressos a Portugal, mas entre 1947 e 1952 a sua vida decorreu em Londres: Ruben estava decididamente instalado na capital britânica, com um trabalho que lhe interessava e o desafiava todos os dias. Leitor no King's College — na altura dirigido por Charles Boxer, com quem depressa criou uma forte relação —, Ruben orientou numerosos alunos,

tinha prazer nas aulas e desdobrou-se em atividades extra-letivas, de que destaco a encenação de duas peças de teatro com os estudantes — a *Farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente, e *Mar*, de Miguel Torga. A vida académica agradava-lhe, talvez por corresponder àquilo que no fundo Ruben pretendia, dando-lhe o prazer do contacto humano com os alunos, mas também algum tempo para pesquisas históricas que foi publicando ao longo da vida sob o nome de Ruben Andresen Leitão (cf. cap. v).

Mas não era apenas a investigação ou a atividade no King's College que o ocupavam nesses anos londrinos. Ruben frequentava a vida cultural da cidade com uma avidez que o levava a acompanhar tudo o que de mais relevante acontecia, com um grande foco no teatro. Londres satisfazia-lhe uma curiosidade infinita, que se fazia sentir cada vez mais no impulso da escrita e que veio a desembocar na publicação dos dois primeiros volumes das *Páginas*, em 1949 e 1950. Estava criado o nome literário de Ruben A., que a partir de então nos daria mais volumes de *Páginas* e de outros títulos que continuamos a ler com deslumbramento. Durante esses anos, Ruben participa na vida inglesa, ao ponto de conhecer T. S. Eliot numa viagem de comboio entre Londres e Nottingham, e aproveita para viajar, quase sempre pela Europa — incluindo uma expedição à Escandinávia —, mas também aos Estados Unidos, passando um verão em Washington, hospedado em casa dos primos Ruy Leitão e Menez. Era enfim o mundo que se lhe abria ou que o procurava, na revelação de alguma coisa misteriosa e cada vez mais próxima do que poderia ser a sua identidade — fosse lá isso o que fosse. Também ao longo desse tempo fica noivo

e vem a casar com a inglesa Rosemary Bach, mãe dos seus quatro filhos — Alexandra Joana, Catarina Inês, Cristóvão Tomás e Alexandre Nicolau. Tudo isto contribui para o ligar ainda mais a Inglaterra, numa proximidade cada vez mais estreita, e cujo maior perigo seria o de lhe fazer diluir a identidade — mas Ruben estava consciente disso:

País que admitia a crítica, que aceitava a verdade, era de facto um país para eu respeitar, encontro de uma pátria de identidade, semelhante à educação que meus pais me haviam dado no Campo Alegre. Era eu que me tinha de aproximar daquele mundo, eu, numa tentativa desesperada de manter a personalidade sem me afundar, sem aderir à estupidez de uma cópia banal, exterior, tão bem executada por amigos meus no golfe do Estoril, esquecendo-se de que os Ingleses desprezam quem se faça inglês sem mestre. (*MMP*, pp. 610-611.)

A primeira vida de Ruben A. em Londres durou cerca de cinco anos, regressando a Portugal em 1952 por motivos que podem considerar-se políticos. Estava em causa um incidente ocorrido dois anos antes, subsequente à leitura do 2.º volume das *Páginas* por Salazar, numa nota manuscrita em que o ditador exprime a orientação que passo a citar: «Caiu-me ontem debaixo dos olhos um livro, *Páginas — II*, de Ruben A., que me dizem ser leitor de Português em Londres, escolhido portanto ou patrocinado pelo Instituto de Alta Cultura. Pertence a uma boa família

do Porto — Andresen, creio. O livro, ou é de um louco ou de um sujeito que, tendo dinheiro para pagar um livro de dislates, se propôs rir-se de todos nós. Há páginas inteiras completamente ininteligíveis e irreduzíveis na análise das regras da gramática portuguesa, recheadas de termos de invenção do Autor e formadas sem tom nem som [...] Parece-me que o livro pertence a uma onda modernista, e não é um caso para a Censura e para a polícia de costumes. Mas se o Autor é leitor em Londres, nessa qualidade temos nós de ver o que escreve e como escreve. Em conclusão: O Autor não pode representar Portugal nem ensinar português.» (*MRA*, pp. 117-118). A intriga seria mais tarde sanada e Ruben permaneceu em Londres, com a oferta de um contrato pelo King's College, mas acabaria por voltar pouco depois — a relação com o poder político já não era a mesma e o carácter de Ruben impedia-lhe hipocrisias que outros naquelas circunstâncias talvez aceitassem.

Em todo o caso, tinham valido a pena aqueles anos. Vistos a esta distância, considero-os essenciais para perceber um pouco melhor tudo o que foi este homem e tudo o que nos diz a sua escrita. Para isso, os Ingleses foram também essenciais, na medida em que lhe reforçaram um sentimento difícil de definir, mas que implicava, no caso de Ruben, a consciência de uma dimensão universal sem nunca perder a identidade. E os Ingleses eram para ele universais. Ruben sabia ver neles uma universalidade que, através da sua arte ou da sua cultura, da sua literatura ou do seu teatro, lhe rasgavam um horizonte que,

tratando-se de outros países ou culturas, poderia surgir-lhe como estranho ou exótico, mas que neste caso funcionava ao contrário: o que Ruben intuía nos Ingleses nascia de emoções e sentimentos pessoais e simultaneamente universais, em que qualquer ser humano podia projetar-se ou reconhecer-se. Deixo como exemplo estas linhas de Ruben a propósito de uma representação de *Hamlet*, das quais emergem dois traços hamletianos que poderiam retratá-lo — «um fluxo descomunal de interesses» ou «o vulcão que está em permanente oferta de lava» —, mas sobretudo a magia do teatro inglês:

Entro em órbita. Sou deslocado para outro plano, com outras regras de jogo. Espantosa sensação de penetrar em reinos maravilhosos, verdadeiramente colocado num diferente espaço sideral. A paisagem desdobra-se, os encontros humanos dão-se, as personagens começam a relatar a vida [...] Estacionamos na presença do genuíno enredo das obras de Shakespeare, e tão poderoso ele é que dentro de pouco tempo estamos na posse de novos, mais, personagens da mitologia humana. Já não é Napoleão que interessa ao meu contar pessoal, se Hamlet tem muito mais vida, é mais rico em problemática, não gosto de palavras difíceis. Hamlet é a profundidade trágica, decorre nele um fluxo descomunal de interesses; um Bonaparte vive do exterior, o outro — o príncipe da Dinamarca — de vivências. Verifico que Shakespeare cria de um mito uma das mais fortes realidades — Hamlet

é mais poderoso do que todos os ditadores da história, porque é mais nosso, mais verdadeiro, e ao mesmo tempo a força vem-lhe de dentro, é o vulcão que está em permanente oferta de lava. (*P-V*, pp. 257-258.)

IV — O Minho, a Barbela, os livros

A venda da Quinta do Campo Alegre ao Estado significaria para Ruben, aos 31 anos, uma mudança radical não na sua vida mais quotidiana — Ruben já não morava na Quinta —, mas num imaginário que assim desaparecia, embora continuando a pairar dentro de si como um paraíso perdido, um lugar ao qual nunca mais se volta da mesma maneira, espécie de cerejal tchekhoviano que ficará a representar para ele o mundo encantado da infância — traço também detetável na sua prima Sophia, tanto na poesia como nas histórias para crianças. Era todo um mundo que deixava de existir para aquela família e que, no caso de Ruben, quase coincidiu com o seu regresso abrupto de Londres, depois do qual sentiu que os círculos do poder lhe fechavam cordialmente as portas. Nesse início da década de 1950, Ruben confessa: «Fiquei impossibilitado de desempenhar qualquer cargo oficial em Portugal» (*MRA*, p. 125), e é graças a uma amiga que começa a trabalhar na Embaixada do Brasil em Lisboa, lugar onde se mantém entre 1954 e 1972.

1954 é também o ano em que Ruben A. publica a sua primeira narrativa, uma estranha ficção romanesca intitulada *Caranguejo*, livro que apresenta a característica original de um encaqueamento invertido, i. e., levando a história a recuar cronologicamente à medida que avançam as páginas. O seu espírito independente precisava desse desafio, encarado quase como um jogo, e agradava-lhe esse género de provocações ao leitor, mas também a um meio literário atraído e ao mesmo tempo assustado pela irreverência deste homem e por todas as suas invulgares qualidades. *Caranguejo* é um romance narrado em primeira pessoa, bastante introspetivo, com um narrador em torno de quem gravitam algumas personagens sem nome, apenas identificadas por pronomes como *Ele*, *Ela*, *Este* ou *Aquela*. As suas emoções e comportamentos são plausíveis, subentendem uma verosimilhança realista, com uma dimensão satírica de que Ruben nunca abdica:

A certa altura *Ele* começou a ver que era nos enterros que se encontravam as pessoas mais importantes dos conselhos de administração. Então começou a dirigir-se periodicamente aos mortos num acompanhar transeunte de pêsames. Todo de preto *Ele* acompanhava os vermes locais nas suas sentidas manifestações de pesar [...] *Ele* estava lançado nos enterros, daí a possuir fama era um abrir e fechar de olhos. Questão de tempo e mais nada. «No préstito fúnebre incorporaram-se entre outros, o sr. Dr. *Ele*.» (C.)

Além de uma prolífica criatividade verbal que leva Ruben a audazes jogos de linguagem — só como exemplo, há uma enumeração em que a palavra «caixões» aparece 28 vezes —, uma das qualidades narrativas que identifico em *Caranguejo*, tantos anos depois, provém do modo como o narrador manobra a arte de nos fazer sentir o tempo — ou seja, de o acelerar, de o travar, de o suspender, em mudanças de ritmo que logo se comunicam à leitura. Sabemos que estão a acontecer coisas e o que tais coisas podem implicar na cabeça das personagens, mas não sabemos exatamente quando acontecem, neste encadeamento invertido em que «o tempo foi andando sem se saber bem quantos anos passaram», numa sucessão que de vez em quando se interrompe, suspensa numa expectativa sem fim:

Ainda nada. Parou tudo. Pararam as semanas pararam os meses pararam os anos. Sinto-me intacto à espera de ontem e de amanhã — não posso vibrar e nem mesmo o que contemplo é meu. No entanto o trágico é sentir que estou assim completamente tolhido: um móvel à espera de restauro — uma chaminé à espera de fumo — uma bola à espera de pontapé. (C.)

Momentos como este, em que o narrador reflete sobre si mesmo e aquilo que faz no mundo, são frequentes em *Caranguejo*, livro com que Ruben A. inicia o seu percurso no campo da narrativa, numa estreia arrojada, experimental,

sem rede, espelhando uma procura constante de frases novas que fossem mais do que frases novas e pudessem comunicar-nos emoções também novas, pensamentos também novos para cada leitor. Essa ousadia levou a que Ruben se destacasse e atraísse a atenção de leitores tão especiais como Miguel Torga ou Urbano Tavares Rodrigues, mas deu-lhe a injusta fama de um «autor difícil», só para alguns, pouco acessível à maioria. Claro que *Caranguejo* não é um livro fácil em certas passagens, mas lê-se com desenvoltura e humor, mostrando ainda uma componente autobiográfica que funciona como o motor da escrita, ao ponto de alguns fragmentos em que o narrador fala de si mesmo poderem adaptar-se sem dificuldade ao próprio Ruben. Aqui, o que está em causa é mais uma vez a questão do tempo, toda essa mecânica cronológica que nos faz «correr vertiginosamente», mas que pode levar-nos apenas à repetição do passado:

Sinto-me a correr vertiginosamente para não sei onde — vou quase à toa deixando para trás os momentos mais inconcebíveis da minha vida. Salto barreiras dispostas em linha reta e não tropeço. Espanto-me de mim mesmo. Há uma linha que está traçada — não posso pensar em despistar-me nem mesmo em voltar atrás. Também não me apetece voltar para trás — tudo quanto tinha a fazer já fiz. Se voltasse ao princípio eu seria o mesmo e sonharia a vida da mesma forma. O interesse trágico está na certeza de repetir o passado — sinto-me sem forças para o transformar. (C.)

Estamos aqui perante a relação problemática entre um futuro que não vemos e um passado que estamos condenados a repetir por força de um destino com laivos de tragédia — e isto pode aplicar-se tanto a pessoas como a países, já que Ruben também reflete muito sobre Portugal, país cujo retrato físico e humano vai traçando ao longo de toda a sua obra. O fluxo do tempo é aqui decisivo, tornando mais pesada a carga histórica de um povo que existe há oito séculos, mas que continua a viver preso a um passado irrepetível, num quadro em que a atual decadência contrasta com os antigos esplendores, comemorados para nos convenceremos de que ainda valem alguma coisa:

 Todos reparávamos que, galope a galope — e é isto que nos custa a confessar —, perdíamos a imaginação. Por isso, aflitos, incapazes, brutos, chamamos, como grito de salvamento, os séculos XVI e XVII, as caravelas levando a reboque o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Camões, festejamos centenários, isto tudo para nos convenceremos a nós próprios que não somos uns imbecis totais, somos uns chulos de nomes ilustres. O nosso único orgulho é baseado naquilo que os nossos antepassados fizeram [...] E nos cafés, de alto a baixo do País, continuamos a ser geniais, descobrimos novos mundos sentados à mesa da má-língua. (*MMP*, p. 385.)

Este retrato pouco lisonjeiro é apenas um exemplo do olhar que Ruben lança sobre os seus compatriotas. Outros haveria, talvez menos severos,

já que a imagem de Portugal é um dos temas que ora explicitamente, ora de modo mais subliminar, obcecaram Ruben em alguns períodos da sua escrita — e uso «imagem» em sentido muito lato, um sentido no qual ficam subentendidas as perguntas sobre o que somos, o que desejamos, o que tememos, enfim, alguns traços mais ou menos nítidos dessa comunidade fixa e volátil a que chamamos Portugueses. Tal como na escrita do seu amigo Alexandre O'Neill — que o ajudou na revisão de certas obras —, os temas ligados a Portugal entram com naturalidade na prosa de Ruben A., cujo espírito cosmopolita convivia bem com a noção de uma portugalidade sempre desconstruída sem condescendências, sempre questionada com ironia — mas uma portugalidade sólida, com raízes no Minho.

Se aludo aqui ao Minho, é porque a região se vem a tornar essencial para Ruben — e este livro tenta falar desse essencial. A partir de uma certa fase da sua vida — difícil de precisar com exatidão, mas subsequente ao fim do curso, à venda da Quinta do Campo Alegre e à ida para Londres —, Ruben sente que uma parte de si mesmo está ali, que há uma zona de si mesmo a pertencer de um modo inexplicável, quase místico, àquele Alto Minho que o seduzia desde muito novo e pelo qual assume enfim um amor já não platónico, mas material, na casa que sonha e que faz construir perto do Carreço, freguesia do concelho de Viana do Castelo. A propósito do dito Carreço, escreve Ruben uma crónica entusiástica no *Jornal de Notícias* de 4 de julho de 1946:

Carreço fica ao norte. Ali no solarengo e hospitaleiro Alto Minho, nas bordas da velha

estrada real que liga Viana do Castelo a Caminha. Os seus olhares estendem-se, como braços de polvos amansados pela bondade, em direção às vizinhas povoações de Afife e da Areosa e tendo à sua frente, como visão constante, o cenário infindo do mar imenso. Está assim Carreço numa suave e pequena encosta, aconchegada à montanha para não a temer e pouco distante do mar para este a não esquecer.

As primeiras visitas de Ruben ao Alto Minho datam da juventude, guiado pela mão do poeta Pedro Homem de Mello, ansioso de mostrar a um jovem tão interessado como Ruben as belezas naturais e humanas da região de Viana do Castelo, em viagens inesquecíveis que acentuaram o seu fascínio pela região e mais tarde viriam a dar frutos: de facto, querendo aplicar a sua parte da venda da Quinta do Campo Alegre, o autor interessou-se por um lugar específico — Montedor — situado perto do Carreço, onde terá descoberto a magia que há muito procurava, num cenário de grande beleza, envolvido pela paisagem verde e azul do Minho e do mar. O seu sonho era uma casa que Ruben desejava limpa de memórias pessoais ou familiares e por isso mais apta a dar-lhe uma verdadeira sensação de independência:

Pretendia construir uma casa onde não existisse qualquer relação entre o meu passado e o presente, casa livre de sentimentos.

Havia necessidades básicas: perto da praia, pois no verão eu vinha à terra, muitas árvores, pinheiros, isolada, só a Natureza a falar comigo, longe de gentes, realidade fácil de transportes para quem viaja no comboio ou à pata [...] Um Alto Minho diferente do Camilo, sem anas plácidos, sem amor de perdição, um Alto Minho novo em folha, mundo criado com alicerces de um granito de alma, à prova dos sentimentos mais dinâmicos. Sem brasões, sem fidalgos, eu ia criar uma dinastia, ser rei e plebeu ao mesmo tempo, *Senhor da Paisagem* — que melhor título podia ambicionar um cronista da hipertrofia nacional? (MMP, pp. 669-670.)

Esta ânsia de se transformar no «Senhor da Paisagem» correspondia a uma pulsão antiga de Ruben, que depois viria a desembocar n’*A Torre da Barbela*. Talvez como contraponto da agitação londrina e das múltiplas iniciativas em que Ruben ocupava o seu tempo, terá crescido nele uma vontade de se isolar, não como um eremita ou um misantropo que abominasse o convívio humano, mas pelo menos numa atitude de algum afastamento — o suficiente para lhe permitir uma visão mais completa ou harmoniosa da sua vida, em generosa contemplação da natureza. A casa chamar-se-á *Sargaço* e será projetada por João Henrique Andresen, um arquiteto primo de Ruben, mais tarde responsável pelo Palácio da Justiça, em Lisboa. Embora palco de numerosos encontros de amigos, o *Sargaço* passa a ter, desde então, o

valor de um refúgio muito especial para Ruben, como se ali pudesse criar um mundo ou recriar o «princípio do mundo»:

Sabia sem pensar que no mundo havia um refugio único para mim, dali podia sair o meu esquife [...] Era um estado dentro do Estado, um enclave, território autónomo, criava uma Andorra, Liechtenstein, bandeira hasteada, Mónaco, armas, exigência absoluta que a casa não tivesse muros, menos grades, menos arames, nada, os limites seriam o respeito [...] Os amigos do senso comum: «Mas tu és doido, como vais construir uma casa lá no fim do mundo?» Eu respondia: «Para mim é o princípio do mundo» [...] E eu bebia amor, bebia a impossibilidade do amor, que é a sua verdadeira vivência. Valerie vinha a Palace Gate, trazia com ela um sexo igual ao dos pinheiros de Montedor, seiva que copula a natureza, trazia paixão, desejo, trazia-me saudades de uma casa que ainda nunca tinha visto, que crescia com as pinturas dos caixilhos, os vidros, o resto que define uma casa para as necessidades. (MMP, pp. 671-672.)

Ao longo das décadas de 50 e 60, é no *Sargaço* que Ruben recebe amigos e retempera forças, numa sedução pelo Alto Minho que se volta cada vez mais para o interior, para uma zona entre Ponte de Lima e Paredes de Coura, mais precisamente «na Ribeira-Lima, entre Vitorino das Donas e o Paço de Vitorino», aí onde Ruben inventa a sua

Torre da Barbela, que dará título ao mais célebre dos seus romances. Será publicado em 1964 e terá uma excelente recepção crítica, com a atribuição do Prémio Ricardo Malheiros no ano seguinte. Jorge Listopad considera-o «um dos maiores romances portugueses do século» e José-Augusto França uma «obra barroca e louca, nas aparências da sua estrutura tensa e exigentíssima» (*MRA*, 161). A vontade de escrever sobre a Barbela, essa Barbela da sua imaginação, germinava em Ruben há algum tempo, mas foi por causa ou efeito de uma história contada pelo seu amigo José Manuel Villas-Boas que o autor decidiu escrever esse livro absolutamente singular na sua obra e na prosa portuguesa — e cuja dedicatória fantasiosa exprime a atmosfera do romance:

À Maria do Patrocínio e ao José Manuel Gonçalo Xavier do Valle Peixoto Coelho de Castro Villas-Boas de Sá Faria e Vasconcellos, fidalgos de vários costados, Senhores da Foz do Neiva e da Honra de Sapardos, Raia Seca e Mentrestido, com feudo de leiras de sementeira na veiga da torre da Barbela — que um dia, na passagem das terras de Paredes de Coura para Arcos de Val-de-Vez, me contaram a história virtuosa de duas irmãs, da Casa de Sestêlo, que, cansadas de uma longa vida de oração e prática de virtudes, resolveram pecar. Pouco antes da morte, confessaram ao Abade da Moutosa que não queriam entrar no Purgatório de almas lavadas. Se assim o fizessem, seria grave ofensa às almas que lá estavam penando. Pecar, para elas, era o último ato de virtude que podiam

exercer, pois as irmãs de Sestêlo não se permitiam entrar puras onde outros sofriam por muito terem pecado. Só assim continuava no outro mundo o seu exemplo de modéstia e humildade. (TB.)

É assim que penetramos n’*A Torre da Barbela*, livro único, bizarro, desconcertante, centrado em torno de um velho solar ou castelo minhoto, a «Torre da Barbela», por onde desfilam os oito séculos da História de Portugal através de personagens vivas e mortas, mortas-vivas ou vivas-mortas, que evoluem perante o leitor na sua existência póstuma e dialogam umas com as outras, sempre num ambiente fantasmagórico capaz de entrelaçar referências históricas (por exemplo a D. Afonso Henriques) e descrições delirantes, de recorte quase surrealista, num clima muito específico deste romance. *A Torre da Barbela*, lida a um certo ritmo, é uma das mais vertiginosas experiências de leitura que podemos ter, simbolizando também a profundíssima ligação de Ruben A. com a paisagem do Alto Minho, onde se ergue a Torre da Barbela: «É verdade, entre mim e o Alto Minho existe um entendimento puro, de sonho, saudado em azul e pôr do sol.»

Ao entrarmos no mundo que rodeia a Torre e a nobre estirpe dos Barbelas, transpomos uma fronteira que acolhe elementos do fantástico e do maravilhoso infiltrados numa catadupa de histórias movimentadas, cheias de uma agitação febril, com amores e ódios e todos os sentimentos que atravessam estas personagens vindas de outro tempo, gerações de nobres da Barbela que regressam

às suas vidas durante a noite, como fantasmas, para assim as reviverem, a essas e a outras vidas, oferecendo-as aos leitores, guiados pela alucinatória visão do narrador sobre esta longa linhagem barbética: «Que família tão estranha e ao mesmo tempo tão normal, num tudo junto!» (*TB*, p. 78). É esse «tudo junto» que encontramos aqui, sob um olhar crítico nunca abandonado a respeito de Portugal — «Sim, para aqui estamos todos a falar uns com os outros, a homenagearmo-nos uns aos outros, a dizer mal uns dos outros. Só festas e centenários» (*TB*, p. 21) —, mas capaz de nos dar, de vez em quando, descrições tão intensas como esta, rubenianamente situada entre o valor do sonho e o poder disso a que chamamos realidade:

Era a noite funda que se exteriorizava nas andanças dos Barbelas e só a ela ficavam devendo o poder espantoso de uma história de amor. Do sonho à realidade e da realidade ao sonho a mesma distância que se contava da noite abismada à luz normal do dia. Nas fronteiras periclitavam os ódios e os amores, os túmulos e o agir das personagens. Para lá estava a Torre da Barbela, isolada e triangular. (*TB*, p. 171.)

A génese da Barbela coincide com anos de uma produção literária mais fértil, a partir de finais da década de 50. Entretanto, Ruben instalara-se com a família na casa da Rua do Monte Olivete, em Lisboa, e a sua figura tornava-se uma presença irradiante numa vida social muito intensa, que

não vale a pena esmiuçar aqui. Direi, ainda assim, que um dos hábitos regulares dessa vida eram as «quartadas», jantares organizados às quartas-feiras e acolhendo um grupo que integrava um bom número de convivas — alguns mais próximos, como a sua prima Sophia ou o poeta Ruy Cinatti, mas também muitos outros de vários gostos e tendências. Do seu círculo de amizades mais próximas ou simplesmente cordiais faziam parte, por exemplo, João Gaspar Simões, Isabel da Nóbrega, José-Augusto França, António Alçada Baptista, Cargaleiro ou Urbano Tavares Rodrigues, num ecletismo ideológico que aproximava Ruben dos que viam Portugal cada vez mais necessitado de uma mudança política. Ao longo da década de 60, essa pressão para a mudança aumentava e o regime parecia não ser capaz de se renovar, numa asfíxia que afastava os portugueses do resto do mundo. Ruben sentia-a no lápis-azul da Censura, quando lhe mutilava ou cortava as crónicas que entretanto começara a escrever para o vespertino *Diário Popular*, a convite de Francisco Pinto Balsemão.

É neste período que Ruben se torna um escritor cada vez mais reconhecido e continua a publicar com maior regularidade, tentando conciliar a escrita com todas as atividades em que se envolvia. A vida na Embaixada Brasileira absorvia-o, preenchia-lhe uma dimensão social que sempre lhe fez falta, extrovertido como era, e consolidou uma ligação com a cultura brasileira que não mais o abandonaria, recebendo uma alta condecoração da República Federativa do Brasil em 1962. Ruben absorveu o Brasil e os brasileiros com a avidez de quem descobre outro mundo, um mundo que para

lá do Atlântico lhe era familiar, mas que ia agora à sua procura e tinha o poder de seduzir a sua insaciável curiosidade. Entre o Brasil e Ruben passaram a existir laços indissolúveis, em firme aliança para o resto da vida. Num breve depoimento para uma publicação brasileira, é o próprio autor a admitir essa atração:

Cheguei ao Brasil atrasado 465 anos. Devia ter vindo na caravela de Cabral e assinado, com Pero Vaz de Caminha, a primeira carta do achamento do Brasil. Este país me interessa pelo seu contínuo processo de autodestruição e pelo poder criador que vem do caos. (*O Globo*, 23 de setembro de 1965.)

Além das idas ao Brasil, Ruben viaja bastante durante essa época, em expedições amplamente documentadas e que se tornarão inesquecíveis — uma à Grécia e outra ao Médio Oriente. Apesar dessa vocação de *globetrotter* e dos afazeres profissionais, a vida concedia-lhe algum tempo para a escrita — ou, mesmo quando assim não era, Ruben ia inventando esse tempo, que acaba por surgir quando a paixão por uma arte se torna dominante na personalidade de alguém. No caso de Ruben A., a regularidade das suas publicações literárias atinge na década de 60 uma cadência apreciável, destacando-se, logo em 1960, um livro de contos — *Cores* — em que cada uma das suas oito narrativas corresponde a uma cor, associada a uma personagem ou a uma família — «Branca», «Roxo», «Amarelo», «Azul», «Pardos», «Vermelho»,

«Preto» e «Verde» —, num conjunto em que Ruben dá largas à fantasia verbal que o caracteriza, traçando ao mesmo tempo um retrato irónico da sociedade portuguesa desse tempo. Um dos mais hilariantes é o conto «Azul», em que um banqueiro rico, promovido a Visconde, consegue fazer uma transfusão para poder ficar com sangue azul, que compra a um velho fidalgo empobrecido:

A transfusão de sangue tinha operado o seu milagre — realmente o sangue azul corria-lhe nas veias em caudal abundante, até mesmo suficiente para um bom aproveitamento sanguíneo-elétrico [...] A franca convalescença provara o bom resultado da transfusão. Estavam todos satisfeitos — o médico que tão auspiciosamente fizera a melindrosa intervenção cirúrgica —, o fidalgo que, arruinado dos pés à cabeça, ainda se aproveitara do seu sangue para arranjar uns cobres com a transfusão —, as enfermeiras cheias de taluda gorjeta — e, finalmente e o mais importante, o nosso banqueiro industrial no Portugal e Colónias, a partir deste momento promovido a Visconde da Beringela [...] Podia agora comprar tudo: reis destronados, pretendentes em segunda edição, acólitos solícitos, bastava-lhe entrar nas lojas e em meio-tom impor o seu sangue acompanhado de notas correntes. (CO, p. 45.)

Da supramencionada viagem de Ruben à Grécia resultará um livro que a relata com todos os pormenores mais relevantes — *O Adeus aos*

Deuses (1963) —, prefaciado pelo helenista Raul Miguel Rosado Fernandes, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e amigo do autor. Embora acompanhando a sua descoberta da Grécia, as páginas de Ruben nunca se tornam fastidiosas nem abusam de referências históricas ou geográficas, aliando o seu espírito de observação muito peculiar a um gosto introspetivo que o faz descer aos abismos de si mesmo e interrogar-se, numa solidão existencial que implica ao mesmo tempo um adeus aos deuses e uma reconciliação com o mundo:

O meu sacrifício foi estar presente. Encontrar o fumo dos deuses apagado na pira da Ágora. Ninguém vem ter comigo, quando em mim flutua uma cidade habitada por fantasmas [...] Ando a pernoitar no meu país estranho, piso o limiar das vontades, incólume ao isolamento que me mortifica. É esta a última visão que tenho do Parténon, sobre a Acrópole. Sou absolutamente só, coração exausto à fantasia. O que vim fazer? Conscienciar-me de ser só [...] Fico nu, com frio. Tropeço cá por dentro, magoando os pés, arranhando as pernas e descobrindo à flor do coito um sexo, puro, macio, límpido, testemunha do sagrado que em mim se renova. (*AD*, p. 172.)

No ano seguinte, Ruben A. publicaria aquela que foi a sua única peça de teatro dada à estampa — refiro-me a *Júlia*, editada em 1963 pela Livraria Portugal. E embora o género dramático o tenha seduzido ao ponto de nos deixar mais dois textos

inéditos que hoje vale a pena reler — um divertido *Triálogo* entre Luís de Camões, uma lady inglesa e o próprio Ruben, em tom de sátira aos nossos costumes; e o *Relato 1453*, alusivo à queda de Bizâncio perante os turcos e à decadência do Ocidente, que em 2022 mantém amarga atualidade —, é em *Júlia* que vemos espriar-se o gosto do autor por diálogos de verosimilhança mais realista, por vezes reflexivos ou intelectuais, mas sempre vivos, agudos, sagazes, traduzindo uma persistente atração pelo teatro, que Ruben sentia ser necessária aos que escrevessem para a cena:

Estou convencido de que o teatro necessita de uma profunda vivência espetacular por parte do autor da peça. Até certo ponto o autor e o ator juntam-se, são siameses, ouvem os mesmos gritos e dão passadas de arte no tablado para ver o efeito [...] Um dramaturgo precisa de viver no palco, de cheirar a técnica dos camarins e de ver as luzes ao subir do pano. (*P-V*, p. 47.)

A força dramática de *Júlia* provém das suas personagens, que neste caso conhecemos não só através de tudo o que dizem ou fazem enquanto estão em cena, mas igualmente quando não as vemos, i. e., ao adivinharmos toda uma cena fora de cena que o texto pouco a pouco nos faz pressentir. Alternando de cena para cena, as personagens revezam-se e permitem que as vejamos não apenas quando atuam, mas também quando se ausentam, sendo a sua vida comentada por outras personagens, num

hábil jogo de espelhos cujos ângulos psicológicos Ruben A. domina bem. Ao longo das quatro cenas desta peça em dois atos, cria-se uma rede de relações que se torna cada vez mais densa ou mais complexa e da qual demoramos a aperceber-nos. Nesse sentido, e tal como observa Armando Nascimento Rosa no prefácio à mais recente edição do Teatro de Ruben A. (Assírio & Alvim, 2007), *Júlia* é uma peça que ganha com uma segunda e uma terceira leitura, já que as personagens parecem sempre adquirir outras facetas e outros relevos à medida que as conhecemos melhor.

Não é este o espaço para esmiuçar o enredo de *Júlia*. No entanto — e procurando remeter-me ao essencial —, sublinharei de passagem dois ou três tópicos: o primeiro radica no nome da peça, cuja inspiração na *Menina Júlia* de Strindberg não é inocente, tratando-se, na *Júlia* de Ruben A., de uma mulher que decide separar-se do marido após quatro anos de casamento, num gesto de emancipação em que deseja libertar-se de amarras familiares ou sociais e partir à descoberta de si própria. Essa atitude radical de Júlia funciona como o motor de toda a peça, implicando uma tomada de consciência desta mulher, que põe aqui em causa toda a sua educação, como se desejasse, acima de tudo, saber outras coisas e assim encontrar um caminho para uma felicidade que ainda não descobriu:

Quero é saber. O que é que eu aprendi, educada no meio de tias velhas, tudo era mal. A maldade surgia como o ar que estava por toda a parte. Comecei a envergonhar-me. Parecia-me que os outros se riam de mim, que

andava mal vestida, nunca sabendo na verdade escolher entre duas cores. Tinha medo de tudo depois de ter sido apertada no primeiro baile a que fui [...] Agora, enfrentar um fim faz-me medo e faz-me ainda mais medo por me sentir incapaz. Devia ter nascido outra pessoa, noutra meio. Não tenho objetivo na vida. A felicidade é uma palavra que ainda não consegui entender. (*TJR*, pp. 119-120.)

O meu segundo tópico liga-se ao anterior, já que em *Júlia* surge sempre, em pano de fundo, a crítica a uma sociedade injusta e profundamente desigual, assente em privilégios que surgem em cena mediante o comportamento das personagens, quase todas integradas num círculo cuja órbita gravita entre Lisboa e a baía de Cascais — essa fauna social das elites urbanas dos anos 60, que aparecerá também, por exemplo, num dramaturgo como Luís de Sttau Monteiro. Isso contribui para que nesta peça tudo seja credível — incluindo as referências culturais, que correspondem às do meio social do autor. Assim, a análise psicológica de Ruben A. é aqui enriquecida por um olhar desencantado e quase cínico sobre certas desigualdades mais gritantes:

LUÍS — O que é certo é que cada um tem de contentar-se com o seu destino.

JÚLIA — Isso é uma verdade muito fácil, e verdade em que eu já não acredito. É o engana pobres. Para tapar os olhos. Quem está bem instalado diz aos outros que se contentem com a

sorte que têm [...] É muito fácil, Luís, uma pessoa contentar-se com o seu destino quando são cinquenta contos por mês. Torna mais agradável, dá mais conforto ver o destino sentado em classes de luxo, a comer lagosta e a beber *champagne*, ir às caçadas em Espanha, viajar para Londres e Paris. Ver o destino sem dificuldades para pagar à costureira e ao alfaiate. (*TJR*, p. 121.)

Finalmente, resta-nos o amor, com todas as complicações inerentes a esse estado de alma sempre um pouco utópico num mundo cujas coordenadas económicas e sociais parecem não lhe deixar espaço, remetendo-o para uma zona desconhecida de nós próprios, que nos leva às fronteiras entre a saúde e a doença mental — sim, esse amor que move as pessoas umas para as outras e que será mais tarde escarpelado em *Silêncio para 4*. E a grande questão de Júlia será essa — a de saber até que ponto conseguimos viver sem amor, até que ponto o amor fará realmente falta à nossa vida. Será que se pode viver sem amor?

Quantas vezes perguntei: *É possível viver sem amor?* Às vezes tenho a certeza de que é, depois vejo que me enganei. (*TJR*, p. 176.)

Não é apenas de amor — mas também — que nos fala a obra com a qual encerrarei este capítulo: trata-se de uma novela narrada na primeira pessoa e intitulada *O Outro Que Era Eu* (1966),

ao longo da qual navegamos pela cabeça de um homem atormentado por um insólito desdobramento da personalidade, com um «outro» que ao mesmo tempo é também ele, constituindo um caso bicudo que teima em intrigar os psiquiatras e suscita uma onda de rumores, boatos, zunzuns:

O meu caso, até aí considerado como benigno, começou a apaixonar a opinião pública da cidade quando o «outro» se convenceu de que era eu. Nos cafés, nas esplanadas, em plataformas de estações de longo curso, nas coxias dos elétricos, às portas das tabacarias, pelos bilhares, grupos estacionados, em locais de aglomerado humano, zunzuns relatavam-se mordazmente à declaração obstinada de alguém que queria possuir um eu alheio. (OEE, p. 29.)

A ironia que percorre este livro torna-o desconcertante e funciona no fio da navalha, movendo-se numa zona flutuante ou indecível, neste caso situada entre o mais puro e assustador precipício da dupla personalidade e, por outro lado, um autodistanciamento que cultiva o absurdo e a irrisão, num tom por vezes digno de um Boris Vian. Seja como for, é um texto do qual não saímos intactos, escrito à medida de um fluxo de pensamento contínuo, quase em regime de monólogo interior, ao ponto de tal fluidez nos fazer submergir dentro de uma cabeça, ou seja, no labirinto introspetivo das suas dúvidas, dos seus desejos ou das suas mais inconfessáveis

angústias, como se enfim se apercebesse dessa «lepra medonha» que aflige os que são diferentes da maioria, os que não pensam como a maioria:

Eu pensava muito durante as longas horas das noites em que o silêncio me fazia companhia. Então mergulhava dentro de mim e tentava iluminar o escuro que nos arcaboços trazia. Vivia em trânsito. Custava-me parar o redemoinho sentimental que inconsciente me levava a ir procurar conforto num ser distante que também era eu. E o mais terrível é que começava a sentir-me só, desamparado, quase com a lepra medonha que a sociedade atribui aos que são diferentes da sua massa, para não dizer do seu pensar. (*OEE*, p. 47.)

V — D. Pedro V

Talvez o capítulo que se segue não coubesse nas balizas do que seria um livro estritamente dedicado ao «escritor Ruben A.», ou seja, tomando como únicos pontos de referência os textos assinados sob o nome literário com que hoje quase sempre o identificamos. A verdade, porém, é que um escritor o é em tudo o que escreve e publica, ainda que sob outro nome, sob outra capa, sob outro desígnio à primeira vista não literário. Foi esse o caso de Ruben, que desde jovem se interessou pela figura do rei português D. Pedro V ao ponto de estudar com entusiasmo a sua personalidade, a sua obra, o seu pensamento, fazendo-o como o historiador que também era e assinando as suas publicações sob o nome de Ruben Andresen Leitão. O gosto de Ruben por tudo o que dissesse respeito a esse infeliz soberano começou cedo e prosseguiria durante décadas, ao longo de trabalhos que foi publicando e se tornaram fundamentais para quem se dedique a esse rei — o primeiro de tais estudos foi a sua

tese de licenciatura sobre as *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*. Neste jogo de espelhos, D. Pedro V torna-se essencial, já que, ao olharmos para o rei comentado por Ruben, estamos também a penetrar no pensamento de Ruben — como se o seu fascínio por D. Pedro V nos levasse a conhecer melhor o próprio Ruben.

Se falo de fascínio, é porque toda a *démarche* de Ruben Andresen Leitão é a de quem se deixa seduzir pelo perfil de um rei que viveu apenas 24 anos (1837-1861) e ocupou o trono português nos últimos seis, num breve reinado que durou de 1855 a 1861, em plena fase da Regeneração. Num livro que lhe dedica ainda jovem, escrito antes dos 30 anos — *D. Pedro V — Um Homem e um Rei* (Porto, 1950) —, Ruben começa por se afastar radicalmente das visões românticas dominantes, de acordo com as quais D. Pedro V corresponderia a uma «figura lendária vestida dos mais estranhos arminhos e ornamentada das mais coloridas auréolas» (*DPV*, p. 13), surgindo mitificado como o herói ou anti-herói romanesco de uma tragédia de recorte hamletiano, tão excêntrica ou decadente como a de Luís II da Baviera. Nada mais longe da verdade: para Ruben, o rei situa-se nos antípodas de qualquer perspectiva romântica ou decadente, estando fortemente empenhado em promover a modernização do país e em melhorar a vida da população — é isso que o torna moderno:

É este Rei o primeiro homem moderno no nosso País; é ele que nos seus escritos proclama insistentemente o que a geração de 70 vai tentar realizar. É, se me perdoam a expressão,

o primeiro grito histórico no século XIX, depois daqueles anos desmantelados de liberalismo duvidoso. (*DPV*, p. 14.)

O interesse de Ruben por D. Pedro V leva-o a ampliar o horizonte da sua análise a todo o século XIX que o precedeu, incluindo as guerras liberais, num enquadramento histórico de cores sombrias, apresentando a realidade portuguesa desse tempo como a de um país sem rumo, depauperado por intermináveis convulsões e por um conflito de regime que atravessou duas gerações, dividiu famílias — incluindo a família real — e mergulhou a vida política num ciclo de golpes e contragolpes, revoluções e contrarrevoluções cujos protagonistas alternavam, até ao momento em que a agitação acalma e dá lugar à Regeneração — e é aí que vamos encontrar D. Pedro V no início do seu reinado. As críticas de Ruben ao ambiente português de meados do século XIX multiplicam-se, baseadas em factos tão simples como o analfabetismo ou o atraso das comunicações — «de Lisboa a Elvas eram três dias de viagem incómoda; ao Algarve, demoravam-se oito dias; ao Porto, cinco dias, e a Bragança quinze!» (*DPV*, p. 105) —, mas também um clima deletério de intriga ou de corrupção quotidianas, que leva alguns a distanciarem-se da vida política:

A intriga era a mãe de todos os vícios na política da época e fazia que na maior parte das vezes muitos homens fossem afastados do Paço e procurassem uma função longe dos antros

políticos [...] As sessões nas duas Câmaras, na alta e na dos Deputados, passavam-se na discussão de problemas menores e em discursos de elogio próprio ou de ataque pessoal. (DPV, p. 91.)

Apesar dessa atmosfera pouco edificante, que não podia ignorar, D. Pedro V começará o seu reinado impelido por um arreigado sentido do dever, por um afincado reformador e por uma ideia de progresso que será adotada pela geração de 70. No entanto, e de acordo com Ruben, tudo parece contrariar os propósitos do jovem rei, defensor de um ambicioso projeto de desenvolvimento do país, um impulso que o aproximasse do resto da Europa e colmatasse as décadas perdidas. E todavia, a política portuguesa parecia pouco permeável a ideias novas, continuando presa a esquemas partidários assentes em trocas de favores ou tráficos de influências, num panorama que nos é de certo modo familiar e que o autor descreve com nitidez:

Os dirigentes eram valores duvidosos que o destino tinha colocado nas elevadas alturas dos cargos públicos e políticos, corrompendo-se diariamente pela aceitação e pela cedência de favores remunerados [...] Os escândalos tornavam-se facilmente públicos pela liberdade de imprensa; e a certa altura os atingidos eram em tão grande número que já não se sabia quem era sério ou não; confundiam-se os valores, e esta confusão ia refletir-se na

opinião pública, informada diariamente pelos jornais dos diversos partidos. Claro está que, perante a apresentação pública das poucas vergonhas, o povo, muito justamente, sentia-se lesado, porque sabia ser ele a massa bruta a servir de base aos negociantes. (DPV, p. 94.)

É neste *habitat* de laivos algo tóxicos e ao mesmo tempo anestésicos que cresce o príncipe D. Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro V, mostrando desde criança aptidões invulgares para a compreensão do mundo nas suas realidades mais contraditórias. Educado para ser rei, D. Pedro manifesta uma insaciável curiosidade pelas diferentes matérias, aplicando-se no estudo do Latim, mas evidenciando também um gosto particular pela Ciência e pelo conhecimento científico, ao ponto de organizar, com apenas 10 anos, um pequeno Museu de História Natural. Este exemplo serve para demonstrar as raras qualidades de concentração de D. Pedro V, que para Ruben nunca teve propriamente uma infância:

O talento precoce, um interesse constante, diário, e uma ambição de conhecer e saber, imprimem de início um vinco ao seu carácter [...] O interesse constante com que o príncipe aprende tudo [...] o desejo de ser completo em qualquer assunto a desbravar ou a que diretamente se ligava procurando o fundo, a essência da questão, são as características mais notáveis da sua maneira de ser. (DPV, pp. 37-38.)

As viagens a Inglaterra, a França e a outros países europeus completam a excelente educação de D. Pedro V: tratava-se de aprofundar relações entre Estados ou famílias reinantes, mas para o príncipe foram sobretudo viagens de investigação e de conhecimento, aproveitadas para estudar o que em tais países acontecia nas indústrias, nas obras públicas ou na ciência — e é o próprio D. Pedro a lamentar a desconfiança que atribui aos portugueses perante o conhecimento científico: «é preciso confessar que somos muito mandriões e que desprezamos muito a ciência.» (*DPV*, p. 66). Para Ruben, a atitude séria e empenhada de D. Pedro contrasta fortemente com a do seu irmão, D. Luís, que ocuparia o trono a partir de 1861:

D. Pedro estudava, escrevia e indagava sempre aquilo que havia de mais interessante a visitar, o seu irmão adormecia ou ia divertir-se para os teatros, não se preocupando com os casos em que o destino o podia colocar. (*DPV*, p. 77.)

O reinado de D. Pedro V é marcado por graves epidemias de cólera e de febre-amarela, que dizimam milhares de pessoas, sobretudo em Lisboa, e que levam o rei a visitar os doentes, arriscando a vida para estar presente junto do povo, numa atitude que vem a granjear-lhe um amplo reconhecimento popular — o «rei santo» —, mas igualmente da Câmara Municipal de Lisboa, que lhe atribui uma condecoração especial. O casamento com D. Estefânia dura pouco mais um ano (1858-1859),

por efeito de outra doença infecciosa, a difteria, que a vitima aos 22 anos. Os motivos de tristeza do rei são pessoais, é verdade, mas também políticos, perante uma situação em que, na perspectiva de Ruben, qualquer esforço reformador parece perder-se na burocracia de um Estado lerdo, pesado, sonolento: «Tudo o que o rei pensava, tudo o que tentava fazer caía sistematicamente nas mãos adormecidas e peganhentas dos seus ministros.» (*DPV*, p. 48.)

Ainda assim, durante os seis anos em que reinou, D. Pedro V pôde testemunhar alguns melhoramentos materiais, fruto da capacidade executiva do ministro Fontes Pereira de Melo: foram construídas estradas e pontes, inaugurou-se a primeira linha de caminho-de-ferro, apareceu o telégrafo elétrico e abriu no Porto o Palácio de Cristal, com a primeira Exposição Industrial Portuguesa em 1861, numa onda de progresso que o rei estimulava e aplaudia, por sentir ser esse o melhor caminho para Portugal. Também no domínio da instrução pública houve boas notícias — e nesse campo a ação do rei foi decisiva, já que se envolvia nos temas ligados à educação, ao ponto de intervir diretamente na criação de novas escolas, com destaque para a primeira Escola Normal e os primeiros Cursos Superiores de Letras em Lisboa e Coimbra, que patrocinou do seu orçamento pessoal e que estiveram na origem das futuras Faculdades de Letras. E é o próprio D. Pedro V a sublinhar quão necessária ou decisiva é a educação:

A instrução do povo é um assunto muito sério e muito difícil de se tratar e de se resolver satisfatoriamente; mas justamente porque ele

é difícil é que ele é belo, é que é meritório o trabalho empregado em procurar os meios de melhorar a condição moral do povo. (DPV, p. 110.)

Voltando ao olhar de Ruben Andresen Leitão, o mais notável é a sua continuada dedicação a D. Pedro V, extravasando essa vocação de historiador que o fez estudar, ano após ano, os escritos do malogrado rei, incluindo o vasto acervo da sua correspondência política e pessoal. Desde o já mencionado estudo em forma de tese de licenciatura sobre as *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*, Ruben publicaria a um ritmo regular diversos volumes de cartas do rei, endereçadas a muitos outros destinatários quer políticos, quer pessoais, integrando em cada um desses livros estudos introdutórios de relevo, cronologias e notas bibliográficas — tudo isso a mostrar-nos como a presença de D. Pedro V o acompanhou ao longo da vida, à medida que ia desbravando a sua volumosa correspondência e assim aprofundava a admiração pelo rei. De particular interesse é, quanto a mim, um espesso volume de cartas de D. Pedro V ao seu tio, o príncipe Alberto de Saxe-Coburgo, marido da rainha Vitória, que Ruben publica e comenta em 1954. Os desabafos que o jovem rei partilha com o tio, além de refletirem a confiança e a intimidade que existia entre o príncipe Alberto e o seu sobrinho, dão-nos a imagem de algum desconforto intelectual que D. Pedro V sentia no ambiente da época:

Tomarei todo o cuidado em o trazer sempre bem informado acerca de todos os meus planos e peço-lhe para manter a sua correspondência

comigo, mesmo se eu algumas vezes o aborreço. É a minha única saída do círculo miserável de imbecis que nos rodeia. (CPA, p. 75.)

A assídua correspondência com o príncipe Alberto serve para acompanharmos o quotidiano de um rei sóbrio, discreto, estudioso, mas sempre apostado em colaborar o melhor que podia para o progresso de Portugal e o bem-estar do seu povo. As cartas ao tio constituem um dos melhores retratos do rei, na sua defesa da liberdade — «Tenho dado a conhecer repetidamente aos ministros o meu ponto de vista de que as eleições devem ser tão livres quanto possível» (CPA, p. 113) —, e na noção que tinha da fragilidade de um sistema implantado depois de uma agitada sucessão de conflitos. Seja como for, ao longo destas cartas o que mais transparece é a preocupação com o futuro de Portugal, já que D. Pedro V estava compenetrado do seu papel como soberano constitucional na situação política que lhe coube viver. A sua crítica à inércia burocrática ou à corrupção dos valores não o impede de ser firme na defesa da democracia, i. e., do regime constitucional que jurou cumprir como rei. E quanto ao respeito pela Constituição, aqui fica um sábio conselho de D. Pedro V, que mantém plena atualidade:

A Constituição é qualquer coisa em que raramente se deve tocar — uma fórmula que, tendo de resistir à ebulição de cada espécie de paixão, deve ser tratada com respeito e não desfeita em mil bocados todos os dias. (CPA, p. 143.)

Muito haveria a dizer sobre as cartas deste rei que gostava de refletir sobre o nosso regime político e o nosso destino enquanto país, mas neste livro o essencial é a perspectiva de Ruben Andresen Leitão — e a verdade é que os seus trabalhos sobre D. Pedro V nos permitem captar as principais linhas de pensamento do próprio Ruben, que via no rei uma das suas fontes de inspiração política. Segundo Henrique Barrilaro Ruas, tais linhas assentavam no seguinte decálogo: «1) Necessidade de procurar um sistema político adequado para Portugal; 2) Normas práticas de qualquer sistema político em Portugal; 3) Necessidade de adaptar o liberalismo ao espírito português; 4) Os ideais da liberdade e da igualdade; 5) O ideal do progresso; 6) Necessidade da educação; 7) Predomínio do interesse geral sobre o particular; 8) Necessidade das elites; 9) Necessidade de autoridade; 10) Papel da História.» (MRA, pp. 146-148.)

Estes ideais de progresso foram sempre os que animaram D. Pedro V na sua busca de soluções para Portugal. E no entanto, a imagem que dele guardamos é a de um jovem luso-alemão de ar preocupado ou simplesmente triste, quase melancólico. O que Ruben Andresen Leitão faz é indagar os eventuais motivos dessa melancolia, vendo-a como resultado da inteligência do rei, mas ao mesmo tempo da sua impotência:

Desde novo o aspeto sombrio que transparecia na sua fisionomia dava-lhe um semblante triste, taciturno, aspeto que ele sabia ser acompanhado de uma espécie de fatalismo [...] Sentia-se destinado a ter a sina mais triste dada ao

homem — compreender e sentir a tragédia de todo o seu reinado e, ao mesmo tempo, saber-se incapaz para debelar o mal. (*DPV*, p. 39.)

Na sequência desta visão, é patente a amargura de Ruben na apreciação retrospectiva que faz a respeito da morte precoce de D. Pedro V, vitimado pela febre tifoide aos 24 anos — e é também num tom amargo que termino este capítulo, essencial para nos aproximarmos do historiador Ruben Andresen Leitão e da sua perspetiva sobre um período que considera trágico no que respeita a uma frustrada ambição renovadora de Portugal e da própria monarquia. Essa tragédia foi o desaparecimento do rei aos 24 anos, seguindo-se-lhe o longo reinado de D. Luís, que Ruben vê como sinal da decadência do regime, até ao desenlace de 1910. De facto, nunca saberemos o que teria acontecido se D. Pedro V tivesse permanecido no trono mais três ou quatro décadas, com a sua sabedoria, o seu dinamismo e o espírito universalista que o movia. O que sabemos é que aqueles seis anos não bastaram para cumprir tudo o que Portugal esperava de quem o conduzia:

Os sucessos de 1910 não terão sido consequência da tragédia de 1861? Quem analisar a história dos fins do século passado e dos começos deste não poderá esquecer os acidentes provocados pela morte prematura de D. Pedro V [...] Seis anos de reinado eram pouco para constituir uma base sólida de futuro; o País tinha atravessado crises profundíssimas, para cujo remédio meia dúzia de anos não bastavam. (*DPV*, p. 107.)

VI — Amores e desamores

Quanto mais se lê Ruben A., mais se fica com a noção de que o amor sempre foi para ele um enigma, e uso a palavra querendo aludir a alguma coisa que nos procura sem sabermos como nem porquê, como se através dessa procura nos revelasse partes de nós próprios que antes do amor não conhecíamos — e que sem ele talvez nunca viéssemos a conhecer. Trata-se, no entanto, de um conhecimento sem fim, sem limite, sem lugar de chegada ou definição possível, num movimento que ninguém prevê nem antecipa. É esse o seu destino mais radical e enigmático — e foi desde cedo para Ruben um enigma essencial, assumindo um carácter decisivo na sua vida:

A minha missão na vida era o amor. Um amor que se distraía no inevitável da vida, no tempo e no espaço que em todo o ser é, poderia dizer, primitivo, mas seria melhor de relação social. (*MMP*, p. 129.)

Desde muito jovem que Ruben sentia despertar um sentimento de que nos dá conta nas inesquecíveis páginas da sua autobiografia, quando esperava por «ela» nas ruas do Porto, perto do Campo Alegre. Foi «ela», essa jovem — identificada apenas pelo pronome pessoal, como as personagens de *Caranguejo* — a inspirar a Ruben os primeiros amores — amores intensos mas ainda inocentes, situados numa indecisa fronteira entre a infância e a juventude. Talvez o traço mais flagrante de tais amores seja a ansiedade ou o «nervosismo» que ataca o jovem Ruben sempre que «dela» se aproxima, no comovente relato de um quotidiano feito de interditos e proibições, espelho de uma sociedade reprimida que o autor nos dá a conhecer, como se só a escrita nos fizesse voltar a esse tempo distante:

O nervosismo dava-me coragem, cegava-me daquela investida sem pretexto confessado, fazia-me carcomer a imagem que há pouco me aparecia tão distante: agora reparava no sobretudo azul, nas luvas de couro, na boina preta e no andar ligeiramente a três-quartos que era o «dela», ouvia as conversas dos primos com um sorriso de uma inocência que me desarmava. Podia combinar uma ida ao animatógrafo com os primos? Difícil! O pai «dela» só admitia divertimentos no jardim e jogos. Quanto a saídas, o melancólico vaivém do colégio para casa e de casa para o colégio [...] Entrava em casa «dela» pela porta de trás, perto da sala dos brinquedos onde «ela» devia estar a estudar a essas horas, já satisfeito o *lunch* em obediência

a um horário rígido. Caso as portadas estivessem fechadas, entrava mesmo pela cozinha; se o pai me visse à porta da frente enxotava-me com a desculpa de que «ela» estava a estudar. Ela vivia bloqueada, com requintes de clausura que mais ainda aguçavam a minha tragédia sentimental. (MMP, p. 63.)

Memórias tão comovedoras como estas serão comuns a outros da geração de Ruben, cuja infância e juventude aconteceram entre o final da I República e os alvares do Estado Novo, num ambiente moralmente conservador e ainda marcado por uma atitude hipócrita quanto aos costumes e à sexualidade. Era um mundo feito de muitas camadas, impondo sobre as raparigas uma constante repressão ou a vigilância quase policial de um recato cujo peso se propagava simetricamente aos rapazes, obrigando-os a uma ousadia ou a uma *performance* sexual que os tornava reféns de uma certa imagem de virilidade que muitas vezes traduzia insegurança. E Ruben é o primeiro a reconhecer a situação subalterna das mulheres, i. e., uma desigualdade de género que só viria a evoluir bem mais tarde, na década de 60:

E as mulheres murcham à nascença, sem liberdade, sem a iniciativa que apenas ganham quando caducas, na idade em que já as esperanças de alegria e felicidade se raspam para os filhos ou netos. O homem, tendo tirado em Portugal, por instinto de defesa do adultério, a iniciativa e a liberdade à mulher, secou-a

por dentro e, no seu egoísmo, querendo evitar a desonra, o que por vezes consegue, vai em contrapartida procurar no café ou em reuniões de homens a expressão da sua personalidade viril [...] A mulher, deixada ao abandono desde pequena, primeiro pela liberdade coartada, depois pelo casamento e caprichos do marido, vê-se a braços com uma tragédia em que aguenta estoicamente, por convenção de usos e costumes, o sacrifício da sua vida ao ranço familiar. (MMP, p. 46.)

Numa atmosfera como esta, o platonismo de um Ruben apaixonado por «ela» dará lugar à descoberta da sexualidade ao longo da adolescência, com uma viagem iniciática à Europa Central aos 18 anos (cf. cap. III). Nessa fase, Ruben manifesta um fascínio pelo nudismo e pelos hábitos dos países nórdicos, cuja visão da sexualidade era já nesse tempo mais aberta, mais próxima do corpo e por isso mais livre dos preconceitos que inibiam ou bloqueavam as portuguesas desse tempo. As jovens escandinavas seduziam-no por essa liberdade, visível no modo como lidavam com o erotismo e no seu espírito menos submisso do que era hábito encontrar em Portugal. E a Suécia chegou mesmo a ser ponderada como hipótese de emigração:

O primeiro país em que pensei para emigrar foi a Suécia. Um desejo fêmeo, de nortada, de amor com naturalidade, desportivo, sem complicações, desejo fácil de abastecer, sem dramas? [...] Um amor de encontro ao fim da tarde. Isto na

Suécia? Bebidas, comidas, nudismo no verão, amor de corpos bem atestados de volúpia, precisava de ir lá fora praticar a naturalidade. Gosto? Gostas? Gostamos? Ainda são precisas interrogações? Sim no entrelaçar da troca tudo corria nas maravilhas de quase mil [...] Drama? Tragédia? Saudades de uma Ingrid ou de uma Karla que me aparavam o apetite. Era esse o amor que eu buscava? Era e não era. (*MMP*, p. 583.)

Nunca saberemos exatamente qual seria o amor que Ruben procurava — talvez nem ele mesmo soubesse, pelo menos nesta fase da sua vida. O facto é que, embora durante a juventude, estudante em Coimbra, Ruben chegue a ficar noivo de uma amiga, o noivado desfaz-se com a sua partida para Inglaterra, aos 26 anos, e é em Londres que Ruben encontra a mulher com quem viria a casar e que seria a mãe dos seus filhos — Rosemary Bach. As décadas de 50 e 60 correspondem assim ao período mais estável da sua vida, acompanhando o crescimento das crianças, num clima de paz familiar que viria a alterar-se no início dos anos 70 com o divórcio e a relação com Maria Luísa Távora. Tratar-se-á de uma fase de grandes transformações na sua vida, que a partir daí tomará outros rumos, abruptamente interrompidos pela morte.

Além da já mencionada peça de teatro *Júlia* (cap. IV), para compreender a visão de Ruben a respeito do amor e das relações amorosas é essencial percorrer com maior atenção um livro que foge a quaisquer classificações: estou a falar de *Silêncio para 4*, que veio pela primeira vez a lume

em 1973, sob a chancela da Moraes, de António Alçada Baptista, tendo sido reeditado pela Assírio & Alvim em 1990 — acrescido de um iluminador prefácio de Eduardo Lourenço — e mais recentemente em 2020. Ao percorrê-lo, entramos naquilo a que poderíamos chamar uma «zona da verdade», na qual tiramos todas as máscaras e nos deixamos contaminar livremente, incluindo eventuais trocas de vírus. E no entanto, *Silêncio para 4* não é isso a que se chama um livro «confessional» — outros haverá na obra de Ruben A. capazes de merecerem com maior justeza tal adjetivo. Em comparação, este tem a particularidade de poder ser lido como um texto dramatúrgico, já que é todo ele estruturado em diálogos entre um homem e uma mulher a respeito do amor, do sexo, da amizade e das suas ramificações, numa conversa sem tabus.

Se me refiro a tabus, é porque, pelo menos numa certa classe social que era a de Ruben, foi durante o início da década de 1970 que mais se fizeram sentir as consequências da chamada «libertação sexual» dos anos 60, muito refletidas neste livro — época em que se destaca a introdução da pílula contraceptiva e um maior grau de emancipação das mulheres. É a partir desse contexto que *Silêncio para 4* nos fala e nos prende da primeira à última página, já que nele deparamos com uma espantosa agilidade verbal, definidora de um modo peculiar de conduzir um ritmo que neste caso não é propriamente o de uma história, mas sim o de um entrelaçamento de falas que nos tornam cúmplices das suas lúcidas reflexões a propósito do amor e da paixão. O resultado consiste num texto absolutamente único na literatura portuguesa, dotado de virtualidades cénicas que

talvez permitissem a sua representação por dois atores cujas imagens e cujas vozes podemos imaginar. Estamos aqui perante um longo e ininterrupto diálogo que durante uma tarde chuvosa e clandestina irá entreter um homem e uma mulher confinados ao tradicional papel de «amantes», aconchegando-se na cama de um quarto que lhes serve de refúgio e aí protegidos na sequência de uma ligação amorosa já duradoura, com cerca de cinco anos:

Sabes, gosto desta conversa de alcova. Então, quando está a chover, não há nada como uma tarde assim, uma tarde cúmplice da vida, de humor perro, tarde entreolhada, sono de pouco logo a seguir ao orgasmo, sono vizinho da eternidade, pressentimentos que batem à porta, não faz mal, genuflexório expurgado de falsa religião, a nossa religião do amor, crença, uma crença grávida, bêbeda, de chá a ferver, biológica, prenha, de um para o outro. Achas que eu não gosto de ti? Só se vive pelo amor ou pelo dinheiro, mesmo quando se mata por ódio, a morte é por amor, outros matam por questões de dinheiro, de águas, de rixas de família. (S4, p. 75.)

Do ponto de vista da economia narrativa, este romance oscila entre um diálogo dize-tu-direi-eu, taco a taco, toca e foge, palavra puxa palavra, entre ele e ela, e, pelo contrário, extensas proliferações de palavras cujo fluxo por vezes anárquico é sinal de uma espontaneidade que, ao derramar-se irresistivelmente, procura reproduzir o modo como o pen-

samento viaja ao sabor das memórias afetivas das duas personagens. *Silêncio para 4* não se resume, todavia, a um longo diálogo dotado de um ritmo, uma agilidade e uma eficácia pouco frequentes na literatura portuguesa e que encontramos também, por exemplo, em alguns textos de Nuno Bragança. Uma das grandes qualidades desta obra provém do facto de ser também, do princípio ao fim, uma narrativa de ideias — não de ideias secas ou puramente geométricas, descarnadas do real, mas sim de ideias que mergulham as suas raízes na consistência pastosa da vida que as alimenta e justifica.

Silêncio para 4 consiste num romance claramente teatral ao qual subjazem alguns temas fortes que se articulam à volta dos amores e das paixões entre homens e mulheres — maridos e mulheres e amantes de ambas estas categorias —, que vão surgindo repetidos como um *leitmotiv* a partir do qual se compõe uma partitura muito rica de variações, cuja infinita recorrência não se torna monótona, porque sabe captar, nas suas curvas e contracurvas, a surpresa e a diversidade da própria vida. O diálogo é vivo, direto, à flor da consciência. Quanto a isso, convém acentuar que estamos perante um texto para ler depressa — se possível sem interrupções, como se lê uma peça de teatro —, ganhando o leitor em acompanhar-lhe a unidade de tempo — uma tarde.

Ao longo de uma infinita conversa sobre o amor e a paixão, define-se neste livro um universo de vincada partilha confessional, um território íntimo de onde parece ter-se ausentado a agressividade e onde não só é lícito como desejável um homem e uma mulher abrirem-se sem receios,

sem quaisquer reservas ou suspeitas, exprimindo uma atitude que nessa época pouco se via na nossa literatura. Daí que tudo, ao fim de cinco anos, possa aflorar tranquilamente à superfície, pondo em causa uma relação cuja ternura e bom entendimento sexual não são considerados suficientes por ela, faltando-lhe que a sua paixão por ele seja correspondida. Na base deste desencontro estão atitudes aparentemente opostas quanto ao amor: se bem que ambos reconheçam a sua importância — «O amor é coisa terrível» —, bem como o seu carácter ilusório ou surpreendente — «O amor é ilusão»; «O amor é de momentos que não se espera onde vão ter, onde surgem» —, a personagem feminina não abdica do primado da paixão e do seu poder simbólico quase absoluto, capaz de motivar as grandes escolhas de uma vida humana, ao passo que ele, pelo contrário, deseja «conseguir não viver preso», preferindo cingir-se a um amor não totalitário que lhe preserve a liberdade.

Sendo este o núcleo em torno do qual tudo gravita, duas questões suplementares vêm tornar o cenário ainda mais complexo: a primeira diz respeito à dose de transgressão inerente a todo o amor, que o faz procurar o interdito e o projeta para um território clandestino, secreto, pecaminoso, como se o amor precisasse de fugir de si mesmo, fugir da vida social, isolar-se num lugar irrepresentável ou fora do mundo, encerrar-se num espaço oculto e sigiloso, que aliás lhe justifica o «silêncio» presente no título: «Tem sido uma boa tarde, gosto tanto de vir ter contigo, ninguém no mundo sabe onde estamos e se estamos juntos, é essa a maravilha do amor.» (S4, pp. 78-79.)

Essa clandestinidade percorre todo o romance, ao longo de cujas páginas sentimos que o amor só parece merecer ser vivido à revelia de quaisquer leis ou regras que o condicionem. Há uma promessa libertária subjacente a este livro, cuja ideia do amor nos remete para a Carmen, quando cantava: «L'amour est un oiseau rebelle / Il n'a jamais connu de loi». De acordo com Ruben A., essa liberdade é absolutamente necessária ao amor:

[A]mor só é amor na clandestinidade [...] amor só é amor fora das leis do trânsito, da burocracia, amor é uma convenção que mata o amor, o amor conjugal foi inventado para matar o amor legalmente, amor de marido e mulher é a beleza do tédio ao fim de pouco tempo, aceita-se, aceita-se, todos se aceitam para se matarem um ao outro, para se aborrecerem um ao outro, o drama da existência é que o homem e a mulher não se fizeram para viver juntos, esta ilusão matrimonial é a loucura dos tímidos, dos abandonados, a luta dos mais heroicos, dos mais audaciosos, dos que buscam uma razão para explicar tudo, até explicam as virtudes do amor, do amor de caixão à cova, do amor de chinelos, do amor às convenções.

— Estás iludido, errado, monstro, besta.

— Ilusões.

— Ilusões nada. (S4, p. 121.)

Um tópico decisivo deste livro decorre dos antecedentes passionais que habitam os dois amantes, fazendo com que, a dada altura, possa dizer-se sem

espanto: «somos quatro na cama» — quatro que, precisamente por saberem demasiado uns dos outros, são obrigados ao silêncio que dá título a este livro tão singular. Deste modo, pairam sempre sobre o presente duas figuras provenientes de um passado ao qual, em assuntos de alcova, é impossível escaparmos, chegando a legitimar opções que persistem durante toda a existência. Certas presenças espectrais podem aliás multiplicar-se num retículo de persistentes recordações — é o que acontece com a personagem masculina, que diversas vezes repete a mesma ideia, assente na permanência dos mesmos afetos ao longo da vida: «eu gosto ainda de todas as mulheres de quem gostei, depende dos momentos, das ocasiões [...] a doçura de um beijo lembra milhões de beijos» (*S4*, p. 40). Ou mais adiante:

As pessoas de quem gostei na vida continuo sempre a gostar, nunca deixo de gostar delas, ficam cá ancoradas para a eternidade, congeladas e vivas ao mesmo tempo, são a força do dia de amanhã, formam a barreira da véspera [...] saudades que crescem cheias de fantasmas. (*S4*, p. 64.)

Coexistem aqui dois pontos de vista distintos a respeito do amor, sendo que para ele tal sentimento não é exclusivista, permitindo que o seu imaginário seja povoado por múltiplas imagens do passado, que não se excluem, mas pelo contrário se acumulam numa galeria de espectros que o tempo vai desvanecendo ou transfigurando e que nem sequer lhe é desagradável. Voltando ao núcleo duro da intriga, a

verdade é que os dois ausentes destes quatro possuem estatutos bem diferentes: enquanto o «outro» (chamemos-lhe assim) esteve um dia apaixonado pela personagem feminina, mas sem reciprocidade — e por isso se encontra já irremediavelmente afastado da relação entre o nosso «ele» e a nossa «ela» — já, pelo contrário, a «outra», apesar de fisicamente estar longe, acaba por revelar-se o principal obstáculo à continuidade da relação entre os dois amantes que dialogam neste livro.

Isto acontece porque ele terá sentido por essa anterior amante um forte amor-paixão — uso este termo no sentido que lhe atribui Stendhal no seu célebre tratado *De l'amour*, em que o considera o mais elevado dos quatro tipos de amor aí apresentados: o *amour-physique*, o *amour-goût*, o *amour-vanité* e o já referido *amour-passion*. Na minha perspectiva de leitura, terá sido este amor-paixão que fez sofrer o protagonista ao ponto de o obrigar a reagir, criando-lhe defesas que o impedem de corresponder ao amor que a atual amante lhe dedica. Note-se que falo da «outra» apenas do ponto de vista do espaço narrativo, ou seja, por não estar presente no espaço físico da narrativa, embora permaneça como um fantasma que ocupa ainda o imaginário da personagem masculina. No entanto, se repararmos na sua companheira feminina, estendida naquela cama ao lado de um amante com quem passa regularmente algumas tardes, seria a ela que faríamos corresponder alguns estereótipos daquela a quem na nossa sociedade temos o hábito de chamar «a outra» — e assim ela é, se quiserem, a outra da outra, habituada a não dispor do tempo público do seu amante e a devanear com simples

atos quotidianos como se fossem sonhos impossíveis, os sonhos, afinal, tão característicos de todas as amantes:

Gostava de ir passar uns dias fora, contigo, ter dois três dias só para nós, só uma vida nossa, acordar nós, dormir nós, tomar banho nós, lavar nós, comer nós [...] arrumar as malas nós. (S4, p. 22.)

A tensão mais recorrente nesta obra ocorre, assim, entre os diferentes conceitos do amor e da paixão, à primeira vista menosprezados na ótica dele ou valorizados na perspectiva dela, reforçando um antagonismo que também encontramos no que toca às expectativas quanto à duração do sentimento amoroso ou às suas consequências. Vale a pena prestarmos atenção a este diálogo particularmente emblemático:

— Estava a pensar que o tempo máximo de convivência de amor entre um homem e uma mulher são quatro a cinco anos [...] depois cada um aceita-se como é [...]

— Estás enganado [...] Comigo — sei que sou mulher — eu acredito que não há quatro nem cinco anos. Há tudo, dou tudo, quando aparece a paixão, é para sempre [...] Eu acredito no amor para sempre.

— Então, minha filha, estás destinada às maiores infelicidades, água suja, abóboras podres, cães desdentados, caveiras grotescas com restos de carne no osso do nariz. (S4, pp. 67-68.)

Esta ideia do amor como uma condenação surge explicitada pelo protagonista como um preço a pagar por emoções que nos fazem sofrer e ao mesmo tempo nos deixam felizes: «Era o preço do amor. Sofrimento consciente, certo de que assim mesmo é que se estava feliz.» (S4, p. 65). Trata-se de uma felicidade paradoxal ou em oximoro, própria de certos estados amorosos mais doentios ou melancólicos. Quando se diz «sofrimento consciente» — tal como Cesário ao falar do seu «desejo absurdo de sofrer» —, o adjetivo «consciente» preserva uma distância autoirónica que Ruben sempre manejou muito bem, mas não elimina o sofrimento como estranho motor dessa felicidade aparentemente infeliz de quem ama e sofre os efeitos desse amor em cada fibra do seu ser. Sendo este um estado difícil de suportar por muito tempo, a evolução do protagonista irá no sentido de se libertar a todo o custo do sofrimento, mesmo que para isso seja necessário admitir um outro preço, que geralmente se paga com a moeda da sensatez ou do senso comum — ainda que tal espécie de liberdade venha a desembocar numa definição do amor tão pouco entusiasmante como esta, mas provavelmente verdadeira: «Amor é a possibilidade de duas pessoas não se aborrecerem uma à outra» (S4, p. 188). Para ela, um projeto como este resultará previsivelmente escasso e a resposta será dada pelo amor-paixão, vivido todavia não como um amor egoísta que tudo exigisse do outro, mas sim como um amor que se oferece, sentimento que ao outro se entrega em absoluto, sem o mínimo cálculo ou a mínima reserva moral:

Eu acredito no amor total, no amor sem fronteiras, amor sagrado, secreto, amor de

entrega total, sem convenções na cama, tudo por tudo, amor feito de infância, retirado da cadeirinha da velhice, amor sem pedaços, retrato do próprio amor. (S4, p. 118.)

A solução estaria, deste modo, em saber dar, ou melhor, em saber dar-se, numa atitude que é decerto mais fácil para uns e mais difícil para outros, tendo em conta que as modulações dessa dádiva nunca dependem — ou quase nunca dependem — da vontade consciente de cada ser humano, obedecendo a «forças poderosas» que ninguém controla e que, ainda por cima, podem não ser recíprocas — é assim, não há nada a fazer. De resto, como diria La Rochefoucauld, algumas pessoas nem sequer são capazes disso e nunca se apaixonariam se não tivessem ouvido falar do amor, o que talvez não deva ser visto como uma qualidade ou como um defeito, mas como um simples dado da sua natureza. É o que se passa no caso de *Silêncio para 4*: «Somos três com paixão, ela não teve paixão por ti [...] Quatro pessoas e só três verdadeiras» (S4, p. 163). Para concluir, acrescento que mesmo nas pessoas ditas «verdadeiras» nem sempre se desencadeia facilmente esse relâmpago feito de uma verdade em estado incandescente, essa sensação de destino a cumprir-se, aquilo que algures nestas páginas surge definido como a «capacidade de acreditar bem lá no fundo naquilo que é o que não é» (S4, p. 174) — uma boa hipótese de definição do amor ou da fé.

Tudo isto serve para sublinhar que este é um romance essencial para conhecer o mundo de Ruben A. no plano das relações amorosas — um

mundo que também foi e ainda é o nosso. Merecem-no aqueles que, ao menos uma vez, tiveram sentido, muito dentro e muito fora de si, a germinação dessa «felicidade diferente de todas as felicidades do mundo» (*S4*, p. 179), disse que nenhuma palavra consegue dizer, mas continua vivo e a falar connosco neste livro de Ruben A.

VII – O fim, o legado

Silêncio para 4 foi publicado em 1973 pela Moraes, de António Alçada Baptista, João Bénard da Costa e Pedro Tamen. Quase meio século mais tarde, trata-se de um livro absolutamente essencial para a evolução de Ruben A., i. e., numa fase em que a sua vida se altera decisivamente, com novos factos, novos lugares, novas pessoas, num processo de rápida e vertiginosa aceleração que vem a culminar na sua morte. Também no plano pessoal as coisas mudam, com a separação matrimonial em 1971 e a descoberta de uma insuficiência coronária no ano seguinte — o que poderá ter refreado o ritmo de Ruben nos primeiros tempos após a notícia, mas não revolucionou uma vida que continuava a ser demasiado ativa ou mesmo frenética para o que seria aconselhável a um paciente cardíaco. Ruben talvez estivesse ciente da ameaça, mas a doença coronária, embora dando ocasionais avisos da sua existência, é muitas vezes silenciosa, não perturba as rotinas, não torna penosa a vida quotidiana, e

ele tinha pouco mais de 50 anos, com muita coisa ainda para fazer, muitas páginas para escrever. Numa entrevista a Maria Teresa Horta, em julho de 1968, o autor enumera os livros que por essa altura planeava:

— Na realidade, que livros tem para escrever?

— Digo já: um romance chamado *Silêncio para 4*, coisa de 250 páginas, leitura corrida, o drama altacomediado de quatro personagens que se desdobram em oito e vivem do amor frustrado, à procura de cautelas de penhor. Uma peça de teatro, que posso escrever em quinze dias [...] Uma novela que se chama *O Velho e a Terra*, 150 páginas, inspirada no célebre Melão, homem fabuloso que existe na feira dos sábados, em Estremoz [...] E ainda o meu romance, que pouca gente irá ler, será um destes dilúvios de mil páginas, *O Caos*, absurdo do quotidiano endireitado pelas circunstâncias. (Jornal *A Capital*, 17 de julho de 1968.)

Entretanto, Ruben recebera como herança de uma tia uma quinta no Alentejo, o Monte dos Pensamentos, perto de Estremoz — que virá a constituir para ele um novo motivo de fascínio e de aprendizagem, na descoberta de uma região que passa a absorver-lhe muitos fins de semana. Há coisas novas a acontecer na sua vida — p. ex. a relação assumida com Maria Luísa Távora —, mas também em Portugal, na sequência de uma «primavera marcelista» em que Ruben parece

acreditar durante algum tempo. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, «Marcello Caetano apreciava o seu talento multiforme, a pujança de imaginação do romancista, a par da erudição do biógrafo apaixonado de D. Pedro V» (MRA, p. 203), e em 1972 Ruben Andresen Leitão é nomeado administrador da Imprensa Nacional, onde irá desenvolver uma atividade sempre cheia de ideias novas e de projetos estimulantes, com essa entrega que punha em tudo o que fazia, envolvendo-se na abertura da Livraria Camões no Rio de Janeiro e na presença de uma delegação da INCM no Porto, que é inaugurada a 26 de abril de 1974 — um dia depois da revolução.

O 25 de Abril é bem recebido. Tal como muitos outros, Ruben sabia que Portugal estava esclerosado e precisava de uma mudança de regime. Os círculos em que se movia eram, entre outros, os da chamada «Ala Liberal» nos alvares do marcelismo, que acreditavam no impulso democrático dos militares, manifestando uma clara adesão aos seus propósitos. Colaborador do *Expresso* desde o seu aparecimento em 1973, Ruben sentia-se politicamente próximo de Francisco Pinto Balsemão, que o acolhe de modo inesperado numa das reuniões em que é concebido o PPD — Partido Popular Democrático —, nome criado após um *brainstorming* entre Balsemão e Magalhães Mota, mas em que a ideia vencedora surge em 5 minutos e provém de Ruben. O episódio é-nos contado num testemunho de Marcelo Rebelo de Sousa:

Estava-se em princípios de maio de 1974.
Definida a ideia de formação de um partido de
que os fundadores eram Francisco Sá Carneiro,

Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, procurava-se o nome para o novo agrupamento [...] Restavam duas horas para enviar o primeiro comunicado do partido para o *Telejornal* da RTP, e não havia tempo a perder. No meio da aflição, apareceu, inopinadamente, Ruben Andresen Leitão. Passava a saber por que demorava tanto o anúncio público do novo partido. Posto ao corrente do dilema, Ruben pensou cinco minutos, se tanto, e sugeriu, peremptório: «Partido Popular Democrático». E depois, encantado com a sugestão, repetia, contente, PPD, como que a justificar sonoramente o acerto da escolha. E assim ficou o partido a chamar-se. Ironia das ironias, Ruben Andresen Leitão nunca faria parte do recém-crisinado partido. (*MRA*, p. 212.)

A agitação política de 1974 teria consequências para Ruben A. em aspetos fundamentais da existência. O clima torna-se a partir daí efervescente, fervilhante de acontecimentos, levando o autor a entusiasmar-se com a democracia e a aderir sem reservas ao novo regime — ao ponto de ser nomeado, em dezembro de 1974, diretor-geral dos Assuntos Culturais, sob a tutela do seu amigo João de Freitas Branco, então Secretário de Estado da Cultura. 1975 seria para Ruben um ano febril, frenético, fatídico: em fevereiro, dá posse ao historiador A. H. Oliveira Marques como diretor da Biblioteca Nacional e desdobra-se em atividades culturais ao longo da primavera. No entanto, acentua-se o processo de

radicalização à esquerda que ficaria conhecido como o «verão quente de 75», o que torna Ruben cada vez mais desconfortável e o faz aceitar um oportuno convite para dar aulas na Universidade de Oxford — mais precisamente como *senior fellow* no St. Anthony's College. Havia ali alguma coisa de sonho concretizado, promessa de uma vida que Ruben sentia finalmente à sua medida e, apesar da apreensão com que deixava Portugal em clima de pré-guerra civil, estava com vontade de sair. Depois de alguns preparativos em agosto, Ruben e Maria Luísa Távora partem de automóvel para Inglaterra a 17 de setembro de 1975. Pela segunda vez na sua vida, os Ingleses esperavam-no de braços abertos, mas a 26 de setembro, poucos dias depois de se instalar, Ruben é vítima de um enfarte fulminante do miocárdio. Tinha 55 anos.

À data da sua morte, Ruben A. deixou inédito um romance intitulado *Kaos*, terminado provisoriamente a 3 de outubro de 1974, mas que o autor não publicara por sentir que ainda não tinha adquirido a sua forma definitiva. Editado pela Imprensa Nacional em 1981 com um posfácio em que José Palla e Carmo enquadra a sua génese, *Kaos* é um livro surpreendente, que nos mostra o melhor Ruben A. de vários pontos de vista — o de uma linguagem cada vez mais livre, mais ágil, mais capaz de encontrar ritmos novos, zonas verbais inexploradas, associações de sentido que progridem sem fim à vista; mas também o de um olhar sobre os Portugueses que aqui é lançado sem complacência, recorrendo a uma engenhosa fusão de épocas cronológicas cujo protagonista é, em última análise, Portugal.

Kaos avulta na obra de Ruben A. pelo modo como articula magistralmente épocas históricas diferentes, com destaque para o início do século XIX — abrangendo o êxodo de D. João VI para o Brasil e o seu ulterior regresso — e os primeiros anos da I República, na sua ebulição revolucionária, conseguindo captar com uma apurada ironia qualquer desses momentos, sem esquecer ocasionais referências à Idade Média ou alguns flashes do pós-25 de Abril, cujos *slogans* ou palavras de ordem são integrados em caixa alta no discurso torrencial do narrador. Deste modo, aquilo que começa por ser uma exortação política aos operários derivará para um estranho apelo à procriação, aludindo aqui ironicamente aos que, perante as más escolhas do povo, desejam substituir esse mesmo povo:

Operários? Chegou a hora da desforra — é preciso procriar em massa para substituir imediatamente estes sete milhões de portugueses por outros. Temos de preparar os caixões, vulgares, em pinho de Leiria, temos de enterrar para sempre todos os reacionários, todos os talassas, todos aqueles que estão a querer ainda sabotar a nossa heroica arrancada da madrugada do 5 de Outubro. Operários, gente humilde, é preciso que vocês saibam tudo a que têm direito. Agora é tudo nosso. Cada mulher tem de dar mais um filho para substituir o filho que cá anda, desgovernado, inculto, sem eira nem beira [...] Operários, neste momento alto da nova História de Portugal, o nosso desígnio é ministrar esperma a toda a população, para

que os vermes a cólera os micróbios desapareçam e vão longe morrer nos campos da Mesopotâmia. Será exigir muito uma nova Nação, bem espermatibilizada? Será? A vossa resposta é a minha certeza. Em coro todos, todos — ESPERMAS UNIDOS NUNCA SERÃO VENCIDOS. (*K*, pp. 45-46.)

Este fragmento exemplifica o modo como Ruben A. subverte a verosimilhança histórica sem perder a credibilidade narrativa, num processo multifacetado que se declina ao longo de uma narrativa plausível e ao mesmo tempo sempre bizarra, irónica, contraditória, paradoxal, cuja base consiste num enredo amoroso entre duas personagens — António Vaz e Vera Lúcia —, mas em que o mais importante se passa a nível coletivo, retratando um país em plena convulsão revolucionária, de multidões voláteis e volúveis, capazes de celebrar tudo o que as faça sair de casa e ir para a rua aclamar os vencedores:

— O português é capaz de obedecer a alguém? Só os jesuítas.

— E os futuros comunistas.

— A República conta com muitos apoios, simpatizantes.

— São os mesmos que iam aplaudir a chegada do rei ao Terreiro do Paço.

— Mirones de manifestações, tanto vão para a direita como para a esquerda, gostam da confusão de ruas, de correrias, de cartazes, de boatos. Se o Governo tivesse habilidade para os distrair de outra forma... (*K*, p. 150.)

Diálogos como este fazem-nos tomar o pulso a uma época em que, mais do que as circunstâncias peculiares de cada facto histórico, nos interessam os comportamentos populares, que o narrador descreve e analisa com o seu espírito implacável, mostrando a feroz lucidez que o caracteriza — o que poderia tornar-se difícil, se não fosse um humor por vezes nos limites do absurdo, mas talvez por isso capaz de convocar o leitor para uma espiral de invenções revolucionárias, como por exemplo a de um novo «imposto de consumo» a aplicar sobre a atividade sexual dos Portugueses:

— Impostos não faltam. Lançam um imposto de consumo.

— É novo, esse. Serve para defunto?

— Qual carapuça. Dizem que o novo imposto de consumo vai ser sobre transações sexuais.

— Como é isso?

— Cada vez que fores à cama tens de declarar. Declarar cada pirocada, nem que seja às escondidas.

— Também as de casa.

— Tudo. Consumo interno e externo. É só pagar, estão atentos sobre as transações sexuais. Assim conseguem a média do português.

— Deve ser das mais altas da Europa. Somos uma grande raça, fomos à Índia e ao Japão. (*K*, p. 73.)

O tom de orgulho patriótico aqui patenteadado é essencial para compreendermos a perspectiva

crítica de Ruben A. perante uma empáfia ou uma prosápia nacionalista que contamina a vida pública portuguesa desde tempos antigos, mas que atinge em certos períodos históricos um grau extremo, propício à caricatura ou à irrisão, como acontece num suposto «hino de homenagem à amizade luso-brasileira» (*K*, p. 123), que afinal não passa de um amontoado de sons dificilmente inteligíveis de cuja transcrição me abstenho. Tal atitude percorre todo este *Kaos*, livro póstumo e inclassificável em que os Portugueses são revistos e estudados nas suas diferentes camadas sociais. O que daqui decorre é um diagnóstico pouco lisonjeiro sobre nós próprios, do qual ninguém sai ileso, mas em que os políticos das assembleias legislativas são talvez os que melhor representam a noção de uma retórica balofa e propagandística, assente num grande número de palavras:

A oficina das nossas leis continuará funcionando como até aqui, produzindo pouco, mas gastando muita retórica. Sim, e em verdade, ou muito nos enganamos, ou a primacial condição neste país de sol, para se ser bom estadista e legislador, é falar bem e não dizer nada. Ter em mente as roupagens de estilo, os ataques reles, os movimentos da oratória sagrada. (*K*, p. 243.)

* * *

Ruben A. morreu novo. 55 anos era demasiado cedo para desaparecer, sobretudo porque o fim o surpreendeu numa fase pujante de ideias

e realizações, num dos picos da sua criatividade literária, em plena posse das suas capacidades, quando tinha ainda muitas coisas para nos dar. A interrupção abrupta da sua vida fere-nos assim por motivos humanos mas também literários, já que pressentimos os livros surpreendentes que Ruben terá deixado por escrever. A leitura de *Kaos* mostra-nos até que ponto o autor estava ainda a atravessar novos processos de experimentação verbal que se fundiam com uma procura identitária de si próprio e de Portugal, tema cada vez mais obsessivo. Morreu vivo, muito vivo, e vivo continua no que nos deixou — ao contrário de outros de que a morte se esquece enquanto a vida já os abandonou.

Henrique Barrilaro Ruas considera que Ruben A. encarna isso que seria o «génio do século XX», se tal génio pudesse ser personificado em alguém. A sua obra nasce da tensão entre um espírito moderno claramente novecentista, imbuído de uma vontade experimental capaz de rasgar novos caminhos na linguagem, e, por outro lado, um olhar sempre atento e muito lúcido sobre o passado, no intuito de o tornar presente, vivo, real, e de assim o resgatar do esquecimento — impulsos à primeira vista contraditórios, mas Ruben A. era do signo Gémeos e essa dualidade tornava-se, no seu caso, particularmente enriquecedora. Como nota Guilherme d'Oliveira Martins, «a [sua] modernidade é feita de pluralismos e de desdobramentos, e de uma procura incessante entre a autonomia e a comunidade, entre a fragmentação e a integração» (*CL181*, p. 11).

Talvez obedeçam a essa bipolaridade as marés da obra de Ruben A. e os muitos sentidos do seu prolongamento em nós. Os seus textos vivem do mundo que os procura — do absurdo e da maravilha desse mundo em todos os matizes, luzes e cores que atravessam o prisma de um olhar sábio mas inocente, nascendo dessa mistura de sabedoria e de inocência a mais secreta fonte de energia para uma escrita que parece inesgotável em tudo o que continua a dizer-nos. Percorre-a o «génio do século xx», sim, e voltarmos a ela implica não termos medo desse génio, mesmo quando sai da lâmpada de Aladino não para nos satisfazer todos os desejos, mas para descobrir os seus próprios desejos, movidos por uma força irreprimível na sua busca de uma escrita diferente, moldada por um barro que era o de Ruben e que só ele sabia fabricar quando usava as palavras e as tornava outras a cada momento.

A amplitude mais vasta do legado que nos deixou Ruben A. é hoje difícil de prever, o que espero seja um bom sinal quanto a leituras que venha a suscitar no futuro — um futuro que não pertence a ninguém, mas que se mantém aberto às páginas de Ruben e aos novos leitores que as descobrirem. Quase 50 anos após a sua morte, o tempo transformou-o num autor cada vez mais essencial, que terá sempre os seus leitores e não parece apenas reservado a estudos académicos, embora neste domínio surjam teses tão estimulantes como a de Dália Dias, publicada em 2004 (*A Escrita Dissidente. Autobiografia de Ruben A.*, Assírio & Alvim). Numa obra recente (*O Cânone*, 2020), António M. Feijó distingue-o

pelo seu modernismo pessoal, um discurso que o afasta da maioria da prosa portuguesa do seu tempo:

A apropriação prática que Ruben A. faz do idioma modernista tem poucos pares, se algum, na literatura portuguesa depois da geração de Pessoa [...] No caso de Ruben A., este recurso idiomático era o seu modo de criar um discurso próprio caracterizado por uma coloquialidade oral, muito exuberante e rápida, e foi também licença para rapidamente se separar da ficção portuguesa então corrente. (OC, p. 446.)

Para lá desse legado literário, fica também o legado humano e afetivo de alguém que viveu em pleno a sua vida, no que de excessivo esta palavra pode implicar, ou seja, sabendo que a plenitude fica sempre para lá de uma fronteira qualquer — e que essa fronteira é geralmente mais estimulante que a dita plenitude. Desde os tempos felizes da infância, nesse parque natural que era a Quinta do Campo Alegre, até aos últimos dias da sua vida, passados na azáfama da segunda instalação em Londres, Ruben absorveu um mundo que queria amar, decifrar, compreender até ao limite, seduzido por esse limite e animado por um entusiasmo que todos os amigos ressaltam e que está na génese da sua escrita — escrita que nunca representou um sacrifício. Como recorda Luís Santos Ferro, «o Ruben procurava só fazer e queria fazer aquilo de que gostava, e isso fazia muito bem» (CL181, p. 57).

E no entanto, no olho do furacão, no centro sempre um pouco irreal desse meteoro que foi a sua vida, é difícil saber quem era Ruben A., ou quem era o Ruben A. que vemos transparecer ao longo de linhas que nos cativam pelo modo como nelas se contaminam inextricavelmente vida e obra, mas sabendo fugir em várias ocasiões para os universos que lhe cresciam na imaginação — universos estranhos ou alternativos, mas ao mesmo tempo muito «nossos», ou seja, capazes de subverter as leis da verosimilhança realista ou de alterar decisivamente as coordenadas do real, mas sabendo manter vivo esse real na consciência dos leitores. Ruben queria sempre ir mais longe, ver tudo de outro ângulo, de outra maneira, e ser capaz de dizer essa outra maneira com uma outra escrita — uma escrita que estivesse à altura da sua personalidade diferente das outras, com extremos emocionais de que estava ciente desde muito jovem:

Feito de contrastes, de extremos, sem pieguices ou meias-tintas, sempre atravesssei a vida entre casos de amor e ódio, ambos levados às mais sublimes e às mais mesquinhas consequências. Do divino passo ao rasca com uma rapidez que só o milagre pode explicar. E como acredito em milagres, acredito no maravilhoso e no horrendo da minha natureza. (*MMP*, p. 33.)

Esta oscilação vertiginosa nasce de uma fonte emocional, mas repercute-se também nas suas palavras, criando em certos textos um efeito narra-

tivo desdobrado em planos sobrepostos de tempo, de espaço e de consciência, numa escrita que na sua época foi nova e continua a sê-lo hoje, surpreendendo cada leitor que ainda a não conheça. E embora seja sempre difícil saber o que fica de alguém, arriscaria dizer que no caso de Ruben esse efeito de surpresa é um dos pontos essenciais da sua força. Ruben apanha-nos desprevenidos, leva-nos numa viagem sem fim, acolhe-nos no seu papel de «castelão da Torre da Barbela» — como lhe chama António Quadros no testemunho que lhe dedica e em que destaca «a inocência poética de quem viveu sempre entre duas águas, entre dois sonhos ou entre dois mundos» (*MRA*, p. 165).

Ruben A. deu-nos o melhor que alguém pode dar quando vive a sua vida e nela pratica a sua arte: a entrega de si mesmo a essa arte, sabendo que tal entrega implica um caminho que às vezes custa ou demora a traçar, mas ao qual não é possível resistir, ainda que ignorando o destino final desse caminho — o dele continua vivo, em cada uma das suas páginas, à espera de quem as ler.

Cronologia breve

- 1920 — A 26 de maio, nasce em Lisboa Ruben Alfredo Andresen Leitão, filho de Ruben da Silva Leitão, licenciado em Direito, e de Gradina Andresen, neta do dinamarquês Jan Hinrich Andresen. É batizado a 12 de junho na Igreja de São Mamede, em Lisboa.
- 1926 — O pai emigra para o Brasil.
- 1927 — A mãe vai juntar-se ao pai, regressando dois anos mais tarde. Ruben fica no Porto, a morar na Quinta do Campo Alegre, com a avó Joana, e frequenta o Colégio Universal.
- 1931 — Completa a 4.^a classe e ingressa no Liceu Central do Porto.
- 1933 — É transferido para o Liceu Rodrigues de Freitas.
- 1936 — Passa a frequentar o Colégio Almeida Garrett.
- 1937 — Morte da avó Joana. A família passa a morar na Rua de António Cardoso, 130, em frente à Quinta do Campo Alegre.

- 1938 — Após uma reprovação no exame do 7.º ano, Ruben viaja pela Alemanha, Áustria e Hungria.
- 1939 — Conclui o ensino secundário e muda-se para Lisboa com os pais.
- 1940 — Campeão de ténis do Sul de Portugal (pares) com Luís Ricciardi. Matricula-se no curso de Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa.
- 1941 — Cumpre o serviço militar em Penafiel (1941), Mafra (1942) e Setúbal (1943).
- 1942 — Transfere-se para a Faculdade de Letras de Coimbra.
- 1945 — Conclui a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra. Publica a sua tese de licenciatura *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*, com um estudo introdutório de sua autoria. A partir daí, o seu interesse por D. Pedro V levá-lo-á a publicar numerosos volumes da correspondência do rei, bem como outros estudos e investigações históricas.
- 1945/1946 — Professor na Escola Comercial Mouzinho da Silveira (atual Filipa de Vilhena) no Porto.
- 1946/1947 — Professor na Escola Comercial Rodrigues Sampaio (atual D. Maria I) em Lisboa.
- 1947/1948 — Obtém o grau de *Master of Arts* no King's College (Londres).
- 1948 — É nomeado leitor de Português no King's College de Londres, passando a residir na capital britânica, onde desenvolve uma ampla atividade cultural até ao seu regresso em 1952.
- 1949 — Publica o 1.º volume de *Páginas* com o nome literário de Ruben A.

- 1950 — Primeiras férias no *Sargaço*, casa situada junto ao farol de Montedor (Viana do Castelo). Publica o 2.º volume de *Páginas* (Ruben A.), mas também o ensaio *D. Pedro V — Um Homem e um Rei*, com o nome de Ruben Andresen Leitão.
- 1950/1951 — Salazar manifesta uma opinião desfavorável sobre a escrita de Ruben, facto que nos anos seguintes influenciará negativamente as suas perspectivas de carreira académica ou pública em Portugal.
- 1952 — A 29 de março, Ruben casa com Rosemary Bach na Igreja de São Domingos de Benfica (Lisboa). Nesse verão, abandona o leitorado do King's College e volta para Portugal.
- 1953 — Traduz para português a peça de T. S. Eliot *The Cocktail Party*, que não chega a publicar e permanece inédita.
- 1954 — Ruben passa a trabalhar como funcionário da Embaixada do Brasil em Lisboa, onde se manterá até 1972. Publicação do romance *Caranguejo*, a sua primeira obra de ficção narrativa. Nascimento da filha Alexandra Joana (10 de março). Publicação de dois estudos históricos — *D. Pedro V e Herculano* e *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*.
- 1955 — Publica *Documentos dos Arquivos de Windsor*.
- 1956 — Nascimento da filha Catarina Inês (4 de fevereiro). Publicação do 3.º volume de *Páginas*.
- 1957 — Nascimento do filho Cristóvão Tomás (26 de novembro).
- 1958 — Morte da mãe (22 de janeiro). Em março, Ruben passa a morar na Rua do Monte Olivete, 37, que será a sua última residência em Lisboa.

- 1960 — Nascimento do filho Alexandre Nicolau (20 de fevereiro). Publicação de *Cores* (contos) e do 4.º volume de *Páginas*.
- 1961 — Publicação de *Cartas de D. Pedro V aos Seus Contemporâneos*, assinalando o centenário da morte do rei.
- 1962 — É nomeado conservador do Instituto de Cultura Brasileira, da Faculdade de Letras de Lisboa — cargo que exercerá até 1967 — e distinguido com o grau de cavaleiro da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (Brasil).
- 1963 — Publicação de *Um Adeus aos Deuses — Grécia* e da peça em dois atos *Júlia*. Início de uma coluna regular no vespertino *Diário Popular* — «Livros Escolhidos» —, que se manterá sem interrupções até 1975.
- 1964 — Viagem ao Próximo Oriente, incluindo Turquia, Síria, Líbano e Egito. Publicação do 1.º volume da autobiografia *O Mundo à Minha Procura* e do romance *A Torre da Barbela*, que consagra Ruben como escritor. O livro terá duas reedições em 1965 e 1966 e receberá o Prémio Ricardo Malheiros, da Academia das Ciências de Lisboa.
- 1965 — Viagens ao Brasil, onde profere conferências em diversas Universidades e é recebido oficialmente na Academia Brasileira de Letras.
- 1966 — Publicação da novela *O Outro Que Era Eu* e do 2.º volume da autobiografia *O Mundo à Minha Procura*. Aquisição do Monte dos Pensamentos, em Estremoz, por herança da sua tia Olga Andresen de Almeida. Recebe o Prémio Bayer de Jornalismo, pelo seu artigo «Paixão de Cristo em Oberammergau».

- 1967 — Publicação do 5.º volume de *Páginas*. Com um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian, Ruben viaja pelo País e inicia o *Inventário dos Chafarizes Portugueses*, que concluirá em 1969 e permanece inédito.
- 1968 — Publicação do 3.º e último volume da autobiografia *O Mundo à Minha Procura* e de *Cartas de D. Pedro V ao Imperador do Brasil*. Viagem aos Estados Unidos, a convite do Departamento de Estado Norte-Americano. É eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.
- 1969 — «Primavera marcelista». A 21 de março, Ruben passa a académico de número da Academia Portuguesa de História (cadeira n.º 9).
- 1970 — Publicação do 6.º e último volume de *Páginas* e do *Diário da Viagem a França Del-Rei D. Pedro V (1855)*. Viagem ao Brasil, onde profere conferências. Morte do pai (13 de setembro).
- 1971 — Integra a Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário da Publicação d'*Os Lusíadas*. Nova viagem ao Brasil.
- 1972 — Nomeado em julho para o conselho de administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Ruben toma posse a 1 de agosto. Na INCM desenvolverá uma vasta e profícua atividade editorial, destacando-se a abertura de livrarias e delegações no Porto, em Coimbra e no Rio de Janeiro, onde se desloca para o efeito. Cria ainda os conselhos consultivos de numismática e de medalhística.
- 1973 — Publicação do romance *Silêncio para 4*, uma das suas obras mais marcantes. Separação judicial de pessoas e bens, de comum acordo entre Ruben e sua mulher. A 10 de junho, é agraciado com a comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

1974 — Na sequência do 25 de Abril, Ruben inventa o nome do PPD (Partido Popular Democrático). Em junho é exonerado, a seu pedido, do cargo que ocupa na Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Durante o verão deste ano, escreve o romance *Kaos*, que será publicado postumamente pela INCM (1981). Em dezembro é eleito para a Academia Brasileira de Letras. Também nesse mês é nomeado diretor-geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, tomando posse a 4 de janeiro do ano seguinte.

1975 — Na Direção-Geral dos Assuntos Culturais, desenvolve larga atividade, salientando-se o projeto de ampliação do Museu Soares dos Reis (Porto), bem como a aquisição para o Estado da Quinta do Monteiro-Mor (atual Museu Nacional do Traje) e do espólio dos manuscritos de Eça de Queirós do Arquivo de Tormes. Recebe um convite para lecionar na Universidade de Oxford, como *senior fellow* no St. Anthony's College. Ruben e Maria Luísa Távora partem de automóvel para Inglaterra a 17 de setembro, mas a 26 desse mês, já em Londres, Ruben é vítima de um enfarte do miocárdio, vindo a morrer no St. George's Hospital. A 8 de outubro é sepultado em campa rasa no cemitério de Carreço (Viana do Castelo).

Bibliografia

Livros publicados sob o nome literário de Ruben A.

Páginas — I, Coimbra, Coimbra Ed., 1949.

Páginas — II, Coimbra, Coimbra Ed., 1950.

Caranguejo (romance), Coimbra, Coimbra Ed., 1954.

Páginas — III, Coimbra, Coimbra Ed., 1956.

Cores (contos), Lisboa, Ática, 1960.

Páginas — IV, Coimbra, Coimbra Ed., 1960.

Um Adeus aos Deuses — Grécia (viagens), Lisboa, Livraria Portugal, 1963.

Júlia (teatro), Lisboa, Livraria Portugal, 1963.

A Torre da Barbela (romance), Lisboa, Livraria Portugal, 1964.

O Mundo à Minha Procura — Autobiografia — I, Lisboa, Livraria Portugal, 1964.

O Outro que Era Eu (novela), Lisboa, Livraria Portugal, 1966.

O Mundo à Minha Procura — Autobiografia — II, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1966.

Páginas — V, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1967.

O Mundo à Minha Procura — Autobiografia — III, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1968.

Páginas — VI, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1970.

Silêncio para 4 (romance), Lisboa, Moraes Ed., 1973.

Kaos (romance póstumo), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

Alguns estudos históricos de Ruben Andresen Leitão

Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio, Barcelos, Portucalense, 1945.

D. Pedro V — Um Homem e um Rei, Porto, Portucalense, 1950.

- Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança/Portugália, 1954.
- D. Pedro V e Herculano*, Coimbra, Coimbra Ed., 1954.
- Documentos dos Arquivos de Windsor*, Coimbra, Coimbra Ed., 1955.
- Novos Documentos dos Arquivos de Windsor*, Coimbra, Coimbra Ed., 1958.
- Cartas de D. Pedro V aos Seus Contemporâneos*, Lisboa, Livraria Portugal, 1961.
- Diário da Viagem a França Del-Rei D. Pedro V (1855)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970.

Sendo este um livro de divulgação, prescindo de apresentar uma bibliografia passiva que o iria sobrecarregar. Em todo o caso, sugiro vivamente a fotobiografia *O Mundo de Ruben A.*, Assírio & Alvim, 1997, bem como os três volumes do *In Memoriam* dedicado a Ruben e publicado em 1981 pela INCM. Merece também destaque a biografia escrita por Liberto Cruz e Madalena Carretero Cruz — *Ruben A. Uma Biografia*, Ed. Estampa, 2012. Finalmente, para uma investigação mais aprofundada e de âmbito académico, recomendo a tese de Dália Dias — *A Escrita Dissidente — Autobiografia de Ruben A.* (Assírio & Alvim, 2004), na qual figura uma extensa bibliografia passiva sobre o autor.

Abreviaturas

As citações incluídas neste livro referem-se às seguintes edições:

MMP – *O Mundo à Minha Procura*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2020.

C – *Caranguejo*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1988.

TB – *A Torre da Barbeta*, Lisboa, Ed. Presença, 1983.

CO – *Cores*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1989.

AD – *Um Adeus aos Deuses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010.

TJR – *Triálogo – Júlia – Relato 1453*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.

P-V – *Páginas – V*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1967.

OEE – *O Outro Que Era Eu*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991.

DPV – *D. Pedro V – Um Homem e um Rei*, Lisboa, Texto Ed., 2011.

CPA – *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança/Portugália, 1954.

S4 – *Silêncio para 4*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1990.

K – *Kaos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

MRA – AA. VV., *O Mundo de Ruben A.*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2001.

OC – AA. VV., *O Cânone*, Lisboa, Tinta-da-China, 2020.

CL181 – *Colóquio-Letras*, n.º 181, Fundação Calouste Gulbenkian, set.-dez. 2012.

O livro **O ESSENCIAL SOBRE
RUBEN A.**
é uma edição da
IMPRESA NACIONAL
tem como autor
FERNANDO PINTO DO AMARAL
edição de
PAULA MENDES (INCM)
revisão de
LUÍS GRAÇA (INCM)
paginação de
MARCO CARVALHO (INCM)
design e capa do ateliê
SILVADESIGNERS
Tem o ISBN 978-972-27-3038-9
e o depósito legal 505 430/22.
A primeira edição
acabou de ser impressa no mês de dezembro
do ano **DOIS MIL E VINTE E DOIS**
na **IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA.**
cód. 1025625

Imprensa Nacional
é a marca editorial da **INCM**
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa
impresnacional.pt
loja.incm.pt
facebook.com/ImprensaNacional
instagram.com/impresnacional.pt
editorial.apoiocliente@incm.pt

O E S S E N C I A L S O B R E

Ruben A.

Fernando Pinto do Amaral

Ruben A. – nome literário de Ruben Andresen Leitão (1920–1975) – é hoje cada vez mais reconhecido como um dos autores essenciais do século XX português. Por um lado, a sua obra nasce da tensão entre um espírito radicalmente inovador, exprimindo uma vertigem experimental que foi capaz de rasgar novos caminhos na linguagem, e, por outro lado, evidenciou um olhar sempre muito lúcido sobre o passado, no intuito de o tornar presente, vivo, real, e de assim o resgatar do esquecimento.

ISBN 978-972-27-3038-9



N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO